

MagisCultura



Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

Mineira
2019

**A autoria das 'Cartas Chilenas'
e o amor infeliz de Gonzaga**

**Encontros nem
sempre marcados:
Fernando Sabino,
Ruy Castro**

**Corpo:
o grande
balé mineiro**

**E MAIS:
Latim,
Filosofia,
Poesia**



21

SUMÁRIO

CAPA



Gira

Imagem de uma cena do espetáculo GIRA, um dos mais expressivos do Grupo Corpo de Dança, que é homenageado por esta edição de *MagisCultura*, em reportagem especial. A partir desta edição, a revista passará a destacar e homenagear, além de autores, os mais importantes grupos culturais mineiros.

Ilustração de Sandra Bianchi.

NORMAS PARA ENVIO DE ORIGINAIS

MagisCultura é uma Revista da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), destinada à publicação da produção cultural de juizes e desembargadores de Minas Gerais, em exercício ou aposentados.

Serão aceitos para publicação textos de ficção – contos, crônicas, pequenas novelas, poemas – ou de estudos – artigos, ensaios, resenhas – ou, ainda, ilustrações – fotografias, pinturas, reprodução de esculturas.

Não serão publicados textos de teses políticas, discursos, homenagens pessoais e necrológicos.

A seleção dos trabalhos será feita pelo Conselho Editorial (ver nomes no Expediente).

Os textos deverão ser enviados devidamente digitados, pelo endereço eletrônico da Revista (magiscultura@amagis.com.br) e conter o máximo de 10 mil caracteres.

As ilustrações deverão ser enviadas em formato compatível com a publicação e com resolução mínima de 300 dpi.

Os prazos para envio dos trabalhos serão divulgados pelo site e demais veículos de comunicação da Amagis.



LITERATURA

Estilo literário foi essencial para se atribuir a Tomás Gonzaga a autoria das *Cartas Chilenas*

Gutemberg da Mota e Silva

4



CRÔNICA

O encontro marcado com Fernando Sabino

Roberto Vasconcellos

16



ARTIGO

O latim: língua imortal

Luiz Carlos Biasutti

20



CRÔNICA

Aquela noite

José Fernandes Filho

24



ARTIGO

Mineiro, carioca e bossa nova

Rogério Medeiros Garcia de Lima

26



CONTO

Rapé

Glayco Firpe

34



HOMENAGEM ESPECIAL

Grupo Corpo projeta a arte de Minas no mundo

Camila Cambraia

36



Um grupo com espírito mineiro

40

ARTES PLÁSTICAS

O magistrado escultor

42



POESIA

Dois poemas

João Quintino Silva

44



Noturno da Lagoa

Llewellyn Medina

45



Quem é?

Glayco Firpe

46



Os sete pecados capitais

Fernando Armando Ribeiro

47



ARTIGO

Filosofia e poesia

Luís Carlos Gambogi

48



ENSAIO

Navegação no Rio das Velhas

José Anacleto Ferreira

52



As três máscaras da Escravidão

Armando Barreto Marra

56



10 ANOS

Revista comemorou 10 anos

58



EDITORIAL

Pré-história e encontros

Dar a largada para o início da segunda década de existência da nossa revista é motivo de júbilo para quem, como eu, vem da cidade-berço da pré-história das Américas e, por esta razão, traz no DNA o compromisso com a história, mas sempre de olho no futuro.

MagisCultura completou e comemorou vinte números em 2018 e esta nova edição, que inaugura a terceira dezena, sinaliza que a trajetória continuará bem sucedida, graças à rica participação dos colegas magistrados, com sua produção cultural.

Particularmente, saúdo a publicação de texto sobre a navegação no Rio das Velhas, a partir de Sabará, por nos lembrar do rico potencial hidroviário que temos no país, nada ou mal aproveitado. Debate mais do que oportuno, em tempos de tragédias, nada naturais, que nos vitimam e à própria natureza.

Nada naturais também são as ideologias racistas e segregacionistas que predominaram na sociedade americana, sob máscaras, objeto de outro denso texto que publicamos. Denso igualmente o artigo confirmando para o magistrado Tomás Gonzaga a autoria das *Cartas Chilenas*, poema irônico e crítico do governo do capitão-general Luís da Cunha Meneses, o "Fanfarrão Minésio", que governou Minas há mais de 230 anos.

No capítulo das artes, a revista nos contempla com deliciosos artigos envolvendo encontros inesperados: um previamente marcado reunindo Fernando Sabino, Vinícius de Moraes e grandes nomes do jazz americano em Nova York e outro casual com o cronista Ruy Castro em um sebo belo-horizontino.

Essa diversidade temática, ao lado de contos e poemas sensíveis é que fazem a riqueza de nossa revista.

Boa leitura a todos.

Alberto Diniz Junior
Presidente

MagisCultura

Mineira

Amagis - Diretoria Triênio 2019-2021

Presidente: Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente Administrativo: Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente Financeira: Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente de Saúde: Juíza Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente do Interior: Juiz Paulo Fernando Naves de Resende

Vice-presidente Sociocultural-Esportivo: Juiz Jorge Paulo dos Santos

Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas: Juíza Marli Maria Braga Andrade

Diretora-secretária: Juíza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Subdiretor-secretário: Juiz Evandro Cangussu Melo

Diretora de Comunicação: Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro

Coordenador de Comunicação: Bruno Gontijo (MTb - MG 11008)

Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

ISSN 1984-5081

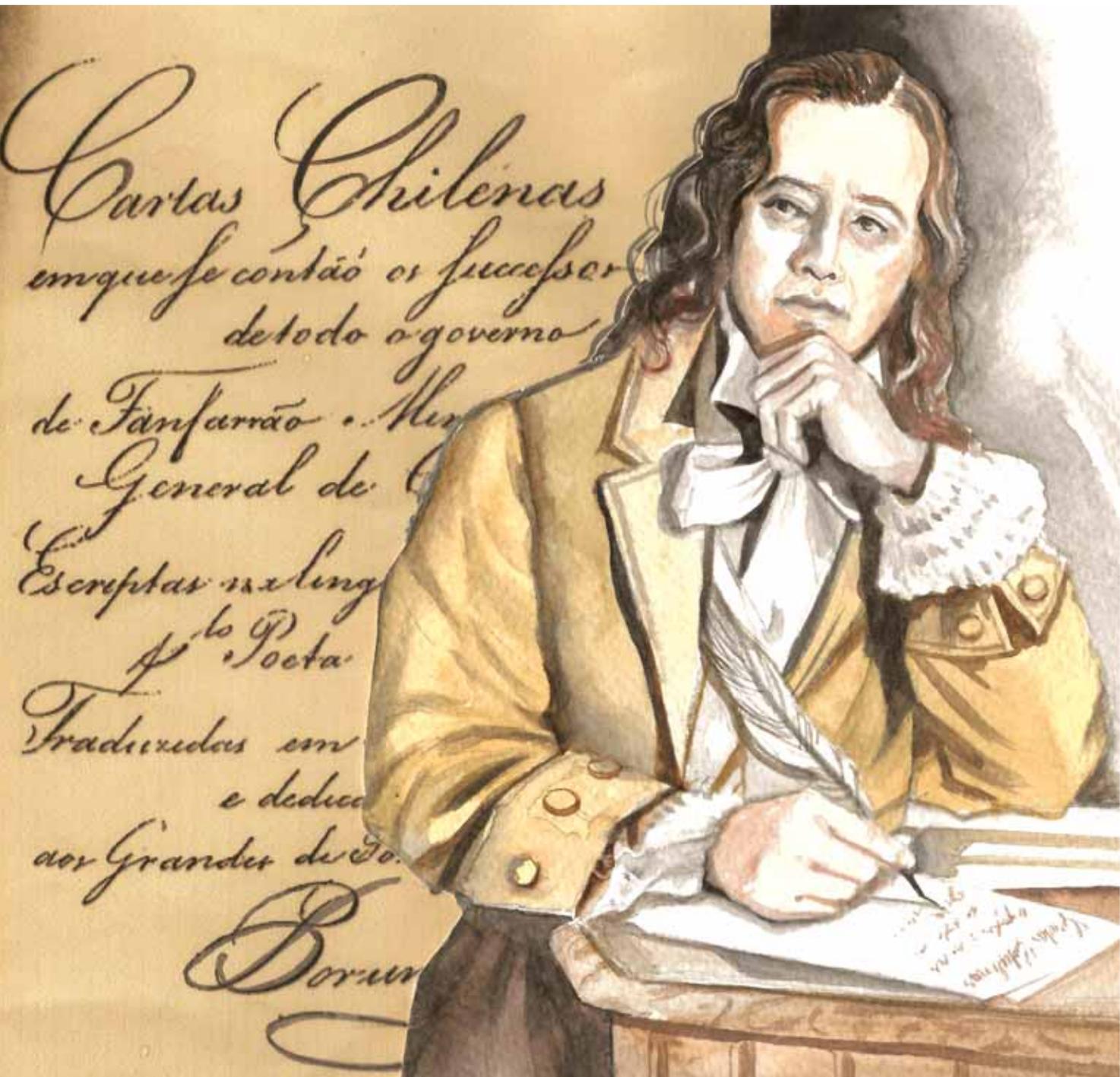
- **Conselho Editorial:** Juiz Renato César Jardim (presidente), Desembargador Gutemberg da Mota e Silva, Desembargador João Quintino Silva, Desembargador Luiz Carlos Biasutti, Juíza Aldina de Carvalho Soares, Jornalista e Escritor Carlos Herculano
- **Editor Responsável:** Jornalista Manoel Marcos Guimarães (JP 1587/MG)
- **Proj. gráfico e editoração eletrônica:** Rachel GM Magalhães (rachel@belohorizonte.com)
- **Ilustrações:** Sandra Bianchi (sandrabianchi@gmail.com)
- **Impressão:** Rona Editora | **Tiragem:** 2.300 exemplares
- **Envio de textos para publicação:** leia normas na segunda capa

Endereço para correspondência:

R. Albita, 194 . Cruzeiro . Belo Horizonte . MG . CEP 30310-160

Tel.: 31 3079-3453 . E-mail: magiscultura@amagis.com.br

www.amagis.com.br



Estilo literário foi essencial para se atribuir a Tomás Gonzaga a autoria das *Cartas Chilenas*

Gutemberg da Mota e Silva
Desembargador do TJMG, aposentado

Preso como conspirador a oito dias do casamento com Dorotéia, o poeta se casou com outra no degredo africano, mas seu lendário amor até hoje sobrevive no poema lírico *Marília de Dirceu*.

Razões objetivas e de ordem histórica, filológica e, essencialmente, de estilo literário, entre outras, levaram o filólogo e crítico literário português Manuel Rodrigues Lapa – no mesmo sentido de estudos de brasileiros como Manuel Bandeira, Afonso Pena Júnior e Afonso Arinos de Melo Franco –, a atribuir ao poeta inconfidente e ex-ouvidor de Vila Rica Tomás Antônio Gonzaga (o malgrado noivo de Maria Dorotéia Joaquina de Seixas Brandão, a *Marília de Dirceu*, preso oito dias antes do casamento), a autoria das *Cartas Chilenas*, poema satírico em que, sob o pseudônimo de Critilo, “morador” da antiga cidade colonial, hoje Ouro Preto, condena os desmandos do governador da Capitania de Minas Gerais de 1783 a 1788, o Capitão-general Luís da Cunha Meneses, nelas retratado como o déspota *Fanfarrão Minésio*.

O ensaísta fundamenta a conclusão no ensaio *As ‘Cartas Chilenas’ – Um problema histórico e filológico*, de 1958, com prefácio do filólogo e jurista mineiro Afonso Pena Júnior, que durante mais de 20 anos estudara a controvertida autoria de outra e mais renomada sátira apócrifa, a do manuscrito *Arte de furtar*, aparecido na Holanda em 1640, tendo negado, em *A arte de furtar e seu autor*, a autoria há séculos atribuída ao Padre Antônio Vieira. Lapa somente aceitaria prefácio que não fosse “de elogios, mas de cooperação, ainda que discordante.” Basicamente, Afonso Pena só discordou dele quanto à época da escritura das cartas, para ele ocorrida “depois de findo o governo de *Fanfarrão* (11 de julho de 1788) até a prisão do poeta (23 de maio de 1789),” mas também atribuiu sua autoria a Gonzaga.

A tese afastou da autoria das verrinas anônimas o advogado e também poeta inconfidente Cláudio Manuel da Costa, amigo de Gonzaga e mais forte competidor do desembargador na questão, mas também lhe atribuiu a autoria da *Epístola a Critilo*, que introduz as *Cartas*. Tal conclusão continua sendo a mais respeitada e acolhida palavra da *crítica de atribuição* relativa àqueles versos, tendo contribuído bastante para o desfecho os conhecimentos de **filologia** dos dois estudiosos.

Disfarce: Minas vira Chile

O poeta Manuel Bandeira explica, na *Apresentação da*

FILOLOGIA. “Estudo científico de textos e estabelecimento de sua autenticidade através da comparação de manuscritos e edições.” - *Dicionário Houaiss*)

poesia brasileira, que o título do poema decorre de o autor usar “o disfarce de transportar a ação de *Vila Rica para Santiago do Chile*”; que o criptônimo *Critilo* é “nome tomado de uma personagem do *Criticón*, de Baltasar Gracián”; e que as *Cartas* “constituem uma diatribe violentíssima contra a pessoa e a administração do governador” e seus favoritos, representado “sob os traços do herói burlesco *Fanfarrão Minésio*.”

Gonzaga finge ser de outro seu próprio texto: “*Amigo leitor, arribou a certo porto do Brasil, onde eu vivia, um galeão, que vinha das Américas espanholas. Nele se transportava um mancebo, cavalheiro instruído nas humanas letras. Não me foi dificultoso travar, com ele, uma estreita amizade e chegou a confiar-me os manuscritos, que trazia. Entre eles encontrei as Cartas Chilenas, que são um artificioso compêndio das desordens, que fez no seu governo Fanfarrão Minésio, general de Chile. Logo que recebi estas Cartas, assentei comigo que as devia traduzir na nossa língua, não só porque merecedoras desse obséquio pela simplicidade do seu estilo, como, também, pelo benefício, que resulta ao público, de se verem satirizadas as insolências deste chefe, para emenda dos mais, que seguem tão vergonhosas pisadas.*” (A *Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro*).

Ao analisar a bisseccular questão da autoria do poema – 13 cartas com versos brancos [sem rima] –, o crítico Antônio Cândido observa, em *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*, que, “onde se deveria ler, nas *Cartas Chilenas*, Portugal, Lisboa, Coimbra, Minas, Vila Rica, lê-se Espanha, Madri, Salamanca, Chile, Santiago. Os nomes aparecem quase sempre ligeiramente deformados: Meneses é Minésio, Matos é Matúsio, Silvério é Silverino, Ribeiro é Robério. Mas há nomes e topônimos inalterados”, como Macedo, a ermida do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, a igreja do Pilar. O autor se chama Critilo e ao correspondente, Doroteu (...). A bem-amada, Nise. (...) O autor critica os “desmandos do governador”, como “sua falta de decoro, filhotismo, venalidade, prepotência e, sobretudo, desrespeito à lei.”

Ouro, diamante, belas cidades, cultura, conjuração

A extração em grandes quantidades do ouro descoberto no interior do país, iniciada na última década do século XVII na região próxima à atual cidade de Mariana, e de diamantes no Arraial do Tejuco, hoje Diamantina, começada no final da terceira década do século XVIII, fez de Minas Gerais a mais rica e a mais populosa capitania do Brasil Colônia. Além de transformar modestos arraiais de catadores em belas cidades históricas, como Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Sabará, São João del Rei,

Tiradentes, Serro, tal riqueza ensejou também notável desenvolvimento cultural.

Diz Manuel Bandeira, na *Apresentação*, que tais cidades “constituíram-se em focos de instrução, onde se estudavam não só as letras clássicas, mas também as literaturas modernas, principalmente a italiana, a espanhola e a portuguesa. Esta civilização do ouro produziu algumas das figuras mais notáveis de nossas artes: na escultura e na arquitetura, Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho; na pintura, Manuel da Costa Ataíde; na literatura, o grupo de poetas que se costuma chamar, aliás impropriamente, a Escola Mineira.”

Os árcades e seus pseudônimos poéticos

Ele se refere aos poetas **árcades**, que, embora não pertencessem “a nenhuma arcádia regularmente organizada, usavam, como os árcades portugueses, pseudônimos poéticos.” Gonzaga, nas Liras, era Dirceu; Cláudio, Glauceste Satúrnio ou Alceste [nas Cartas, Critilo o chamava de Doroteu]; Alvarenga Peixoto, Alceu e Eureste Fenício; Silva Alvarenga, Alcindo Palmireno; Basílio da Gama, Termindo Serpílio. Alguns deles se envolveram na Inconfidência Mineira, abortada em 1789 pela Corte portuguesa, no reinado de D. Maria I, a “rainha louca,” com trágicas consequências para os inconfidentes.

Arcadismo. Os poetas se chamavam árcades por pertencerem a uma arcádia, no caso, a Arcádia Mineira, ou Ultramarina. Era “designação comum a sociedades literárias dos séculos XVII e XVIII que cultivavam o classicismo e cujos membros adotavam nomes de pastores na simbologia poética.” (Houaiss). Na literatura brasileira, o movimento surgiu com o lançamento das Obras, de Cláudio Manuel da Costa, em 1768, em Coimbra, Portugal.

“Nem me atrevo a representar coisa alguma a esse Exmo. General, por conhecer o seu notório despotismo.”

Versos anônimos apontam ilegalidade, violência e injustiça

É possível que o poema satírico tenha circulado largamente por Vila Rica, em cópias manuscritas, admite Antônio Cândido, mas observa que nos *Autos da Devassa* [o processo criminal da também chamada Conjuração Mineira] “não se faz qualquer menção a ele, e no entanto seria peça de primeira ordem para delatores, acusadores e juizes. Parece, portanto, que as cópias tiveram curso pequeno e sigiloso.”

Tratando das *Cartas Chilenas* no discurso *Um juiz do século dezoito* (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, v. VIII), o professor e advogado Almir de Oliveira afirma, com base nas *Obras completas do poeta*, publicadas por Lapa em 1957, que Cunha Meneses “era homem autoritário, duro de coração e sem escrúpulos. Viera de Goiás [onde também fora governador], precedido de má fama para confirmá-la inteiramente nas Gerais. Não tardou que o corrupto governador entrasse em conflito com o magistrado. Já em abril de 1784, por causa de uma arrematação de lavras de ouro, que o governador impugnara para adjudicá-las a apaniguados seus, as medidas de Gonzaga se encheram.”

O ouvidor, então, representou à rainha contra o governador: “Ele intitula seu poder supremo. Ele perdoa os delitos de morte, chegando a tirar a um padecente do caminho da força às mãos da justiça e mandando que nós o sentenciássemos em diversa pena, obrigando-nos a julgar válido um perdão que só a V.M. é facultado, e fazendo por um simples despacho aquilo mesmo que V.M só pratica por um decreto (...) Enfim, Senhora, passa moratórias, suspende execuções, impede que se citem militares, e conhece de todas as causas de qualquer natureza que elas sejam.”

“Mete os advogados e homens graves a ferros”

Houve outros conflitos. Em nova representação, escreveu Gonzaga: “Nem me atrevo a representar coisa alguma a esse Exmo. General, por conhecer o seu notório despotismo. (...) ele açoita com instrumentos de castigar os escravos as pessoas livres, sem mais culpa ou processo do que uma simples informação dos comandantes; ele mete os advogados e homens graves a ferros; (...) ele revoga os julgados (...)”.

Segundo Almir de Oliveira, Cunha Meneses também acusou o ouvidor, dizendo que prejudicou a Fazenda Real ao se apossar, com o escrivão, do arrecadado em 90 execuções, a título de custas, espórtulas e emolumentos. Mas o historiador Fritz Teixeira de Sales observa que “Gonzaga fora ouvidor em Vila Rica vários anos, gozando da fama de grande talento, cultura e honestidade.” (Vila Rica do Pilar)

Edifício “levantado sobre ossos de inocentes”

Nas *Cartas*, contrário à suntuosidade da obra da Casa da Câmara e Cadeia de Vila Rica, iniciada pelo governador, Critilo denuncia “as injustiças e violências que Fanfarrão executou por causa de uma cadeia”. Em *A literatura do Setecentos em Minas Gerais: o Arcadismo*, capítulo de A História de Minas Gerais – As Minas setecentistas, 2, a professora da UFMG Melânia Silva de Aguiar nota que Gonzaga julgava a construção “dispensável em sua magnitude, com mão de obra constituída por prisioneiros miseráveis, arrestados sem processo e condenados a trabalhar doentes”, sob chicote.

Pede ao Fanfarrão que desista da empresa: *Um soberbo edifício levantado/ Sobre ossos de inocentes, construído/ com lágrimas dos pobres, nunca serve/ De glória a seu autor, mas, sim, de opróbrio.* Mas, se o fizesse, deveria colocar sobre as janelas e portas sábias inscrições, grandes bustos, para que ele, Critilo, pusesse por baixo os tristes nomes dos pobres inocentes que geram ao peso dos grillhões, os ossos daqueles que morreram no trabalho, sem Cristo e sem remédios. Conclui: *E nós, indigno chefe, e nós veremos/ a quais destes padrões não gasta o tempo.*

No romance histórico *Boca de chafariz*, passados dois séculos, Rui Mourão repõe o Fanfarrão no cenário de Ouro Preto, fazendo-o confessar ter assumido o cargo para ficar rico e se tornar imortal com o suntuoso edifício, no qual chegaram a trabalhar 500 homens, tal como consta das *Cartas*. Orgulha-se dos expedientes ilegais usados para construir a obra. Para obter pedras para as paredes de dois metros de espessura, e madeiras, mandara cartas intimidativas a fazendeiros, levadas por homens uniformizados e armados. *“Para mão-de-obra convoquei os presos existentes e aumentei grandemente o número deles, mandando prender quantos escravos fugidos, bêbados e desordeiros a região das minas produzia.”*

O escritor Eduardo Frieiro justifica o governador, dizendo que a principal censura a ele feita pelo autor das *Cartas* foi a de erguer a majestosa obra numa cidade decadente, mas *“esse edifício seria e ainda é a mais importante construção civil entre as poucas dignas de nota da velha capital dos Governadores mineiros.”* (*“Vila Rica, Vila Pobre”*, em *O diabo na livraria do cônego*).

Conflitos levaram à demissão do governador

Estudando as funções judiciárias da Colônia, o historiador Luiz Camilo de Oliveira Neto destacou as lutas entre os juizes e os governadores. Mostra que, além daquelas, ouvidor tinha competência para anular posturas prejudiciais ao povo, determinar a construção de novas obras públicas ou o reparo de antigas. Medidas especiais ampliavam a jurisdição do ouvidor e livravam sua ação do arbítrio do governador. Nenhuma autoridade da capitania podia prender ouvidor (João Camillo de Oliveira Torres, *O homem e a montanha*).

Na Corte, diz Lapa, eram assíduas reclamações de governadores e ouvidores. *“E, em grande número de casos, a decisão final de Lisboa era favorável aos ouvidores.”* Cunha Meneses foi demitido, afirma, *“dado o péssimo ambiente que criara em Lisboa com as suas arbitrariedades.”*

Análise estilística favorável a Gonzaga

Na falta de prova decisiva de que Critilo era Gonzaga, diz Antônio Cândido, *“cresce a importância da análise estilística, favorável a Gonzaga segundo a melhor efetuada até agora, devida a Manuel Bandeira, onde se indica a analogia de imagens e recursos poéticos (...)”*. Lapa nota que uma peculiaridade estilística de Gonzaga era o emprego de expressões iguais. Como ouvidor, escreveu: *“...não tem outra lei e razão mais que o ditame de sua vontade.”* E, como poeta: *“...Que não tem outra lei mais que a vontade.”*

“Esse edifício seria e ainda é a mais importante construção civil entre as poucas dignas de nota da velha capital dos Governadores mineiros.”

Ginja, “homem velho”, só poderia ser Cláudio

“Amigo Doroteu, estás mui ginja.” Evocando este verso das *Cartas*, e dizendo que ginja, fruto da ginjeira, também tem o sentido figurado de homem velho, decrépito, Lapa nota que, face ao temperamento e à diferença de idade, *“Critilo só pode ser Gonzaga e Doroteu só pode ser Cláudio.”* Argumenta: *“Com certeza, entre um e outro, só Gonzaga poderia escrever o verso”,* pois *“isso dirá um homem de 44 anos ao seu amigo de 60. Supor o contrário conduziria evidentemente a um absurdo.”* Conclui: *“Era o que o velho Doroteu estava: um homem decrépito, avergado ao peso dos sessenta anos, com saúde precária.”*

Este sentido pode advir do amassamento ou da maceração da ginja, espécie de cereja, para se produzir licor e outras bebidas. O Houaiss, no verbete ginja, anota que as acepções vinculadas a *“pessoa velha”* podem se ligar *“à expressão enrugada que o sabor muito ácido ou até amargo do fruto provoca em quem o come.”* Já os jocosos versos que em 2017 vimos num barzinho de Lisboa, abaixo da imagem de dois homens em volta da mesa – um, bebedor de Ginjinha, a esbanjar saúde; o outro, não bebedor, a exibir fraqueza, feiura, definhamento – conferem

efeito saudável à bebida: *O Mateus é um chochinha,/ Mais feio que um camafeu,/ Magro, tísico, um fuinha,/ Nunca na vida bebeu,/ Nem um copo de Ginjinha/ O irmão que sabe a virtude/ Desta divina ambrosia,/ É gordo como um almude/ Bebe seis copos por dia/ Por isso gosa (sic) saúde.*

O brasileiro Cláudio, é certo, estudou em Portugal e lá pode ter conhecido a fruta e aquele seu sentido figurado, mas o mais provável é que conhecesse ginja, significando decrepitude, quem nasceu, passou a infância e também estudou naquele país. Como Gonzaga!

Mulher tinha beijos, não lábios

Lapa aponta outras características do estilo de Critilo, como o uso de gírias, *“compreensível num aristocrata com o gosto do popular, como foi Gonzaga,”* e o emprego sistemático de beijos em vez de lábios, expressão mais literária e delicada. Os críticos não querem beijos em frase sublime, mas, sim, lábios. *“O certo é que Gonzaga (...) achou no termo beijos muito mais força visual e sugestão voluptuosa”* do que em lábios. Só escreveu lábios uma vez, talvez por motivos de eufonia. *“No mais, constantemente beijos, para designar esse pormenor da formosura da mulher, que para Gonzaga tinha beijos e não lábios.”* Nas *Liras*, beijos aparece oito vezes; nas *Cartas*, quatro. Em Cláudio, duas vezes, mas *“aplicado a um bárbaro, um índio manaxó, e a uma bruxa indiana, aos quais não quadrava, por certo, designação mais nobre.”*

Cartas, de Gonzaga; Epístola, de Cláudio

Bandeira observa que, ao ler a segunda edição das *Cartas*, de 1863 [a primeira saíra em 1845, com apenas sete], o historiador e crítico brasileiro [Francisco Adolfo] Varnhagem considerou fortalecida a sua opinião de que a obra não podia ser imputada senão a Cláudio Manuel da Costa. *“Posteriormente, foi a questão muito discutida e favoráveis a Gonzaga se manifestaram, entre outros, José Veríssimo e Alberto Faria. Em 1940, Afonso Arinos de Melo Franco publicou uma edição dessas famosas cartas baseada nos três manuscritos que pertenceram a Francisco Saturnino da Veiga (...).”* Seu longo prefácio conclui *“pela autoria de Gonzaga para as 13 cartas e de Cláudio Manuel da Costa para a epístola que a precede.”*

Afastada a autoria de outros escritores, restaram Gonzaga e Cláudio. Em *Formação*, Antônio Cândido afirma: *“Pessoalmente, inclino-me a admitir a autoria de Gonzaga, sem recusar a possibilidade de colaboração acessória de Cláudio Manuel e, quem sabe, algum reparo de Alvarenga [Peixoto], isso quanto às Cartas, pois me parece que a Epístola inicial de Doroteu só pode ter sido escrita por Cláudio.”*

Em *O problema das Cartas Chilenas (Suplemento Literário do Minas Gerais n. 443, Ano IX, de 1º de março de 1975)*, Cândido diz que a citada obra de Lapa é *“metodicamente segura e permite dizer que a questão foi encerrada em favor de Gonzaga”*, sobretudo porque o autor admite a *“provável contribuição acessória de Cláudio Manuel da Costa (...).”*



“O Mateus é um chochinha,/ Mais feio que um camafeu,/ Magro, tísico, um fuinha,/ Nunca na vida bebeu,/ Nem um copo de Ginjinha.”

“O estilo barroco de Cláudio continua a ser estorvo invencível à sua autoria.”

Em *Crítica de atribuição a dois* (Suplemento Literário n. 444, Ano IX, 8 de março de 1975), Barbosa Lima Sobrinho afirma não saber “se ainda restará, depois desse livro, algum partidário de Cláudio Manuel da Costa. A mim se me afigura que não. O livro, nesse ponto, é concludente e definitivo... As provas de estilo são, no caso, as que mais concorrem para essa conclusão (...). O estilo barroco de Cláudio continua a ser estorvo invencível à sua autoria.”

Poetas, amigos, inconfidentes

Gonzaga nasceu na Freguesia de São Pedro de Miragaia, Porto, Portugal, em 11 de agosto de 1744, filho do desembargador João Bernardo Gonzaga, natural do Rio de Janeiro, e da portuense Tomásia Isabela Gonzaga, falecida quando tinha menos de um ano. Morou com tias. Veio para o Brasil em 1752, com o pai, nomeado em 1751 Ouvidor-geral de Pernambuco. Estudou no Colégio de Jesuítas de Salvador a partir de 1759. Retornou a Portugal em 1761. Formou-se em leis em 1768 em Coimbra. Para lecionar em Coimbra, escreveu *Tratado do Direito Natural*, mas desistiu. Tornou-se magistrado. Foi juiz-de-fora em Beja de 1779 a 1781. Retornou ao Brasil. Em 1782, com 38 anos, assumiu a Ouvidoria de Vila Rica. Era pobre, ao contrário dos amigos Cláudio e Alvarenga Peixoto.

Cláudio Manuel da Costa nasceu em Vargem do Itacolomi, Freguesia de Mariana, em 5 de junho de 1729. Também se formou em Coimbra. Advogado em Vila Rica, exerceu funções na Câmara e cargos na administração da capitania, como o de secretário de governo. Emprestava dinheiro a juros. Organizou uma academia no Palácio do Governo em 1768, inaugurando-a com discurso e declamação de poemas elogiosos.

Autor de várias obras, algumas postumamente reunidas em *Obras poéticas*, seu poema mais conhecido, *Vila Rica*, trata da fundação da cidade. Em recente e magnífica biografia de Tiradentes, Lucas Figueiredo observa que ele era “advogado de prestígio, oficialmente solteiro, que durante trinta anos dividiu os lençóis e consolou sua incurável tristeza com a negra Francisca Arcângela de Sousa (Cláudio a alforriou depois do nascimento do primeiro dos cinco filhos do clandestino casal).” [O Tiradentes].

O amor infeliz de Marília e Dirceu

Gonzaga se vestia com esmero, elegância, demonstram vários e valiosos adereços e peças de roupa apreendidos quando da prisão. Segundo Lucas, na casa dos 40 anos, ele “gostava de se divertir com escravas, criadas, prostitutas e casualmente com moças brancas de boa família, como era testemunha Maria Dorotéia Joaquina de Seixas Brandão, filha de um capitão do Regimento de Cavalaria, seduzida pelo dissoluto ex-ouvidor quando tinha quinze anos de idade.”

Gonzaga habitava ampla casa ajardinada na Ladeira de Antônio Dias, próxima da *Casa Grande*, em que Dorotéia, órfã de mãe, morava com tios. Pouco mais do que adolescente, era bela, dizia em versos o poeta, logo apaixonado. De uma janela do sobrado, avistava-a na *Casa Grande*. Seguindo os cânones arcádicos, Gonzaga – o *Dirceu* da Arcádia Mineira – chamava-a *Marília*. Cantou seu amor nas Liras do longo poema *Marília de Dirceu*. Na *Lira II*, escreveu:

.....
 Na sua face mimosa,
 Marília, estão misturadas
 Purpúreas folhas de rosa,
 Brancas folhas de jasmim.
 Dos rubins mais preciosos
 Os seus beijos são formados;
 Os seus dentes delicados
 São pedaços de marfim.

Mal vi seu rosto perfeito
 Dei logo um suspiro, e ele
 Conheceu haver-me feito
 Estrago no coração.

.....

Com dedal de ouro, poeta bordava o manto nupcial

Gonzaga lia seus versos na própria casa de Dorotéia e na de Cláudio. Superada a desaprovação inicial da família, noivaram em junho de 1786 na casa da noiva, presente a elite de Vila Rica. Ele faria 42 anos em agosto; nascida em 2 de outubro de 1767, em Vila Rica, ela tinha 19 anos.

No livro *O amor infeliz de Marília e Dirceu*, diz Augusto de Lima Júnior: “Sem descurar dos afazeres do seu cargo, zeloso e prestigiado pela austeridade de sua vida privada e profissional, Gonzaga vivia para seu amor. Num requinte de homenagem a *Marília*, ele próprio bordava a fio de prata o manto nupcial, usando para isso um dedal de ouro.” Nomeado em 1786 para a Ouvidoria da Bahia, Gonzaga deixou-se ficar em Vila Rica, aguardando (desnecessária) licença régia para se casar. Marcou o casamento para 31 de maio de 1789, mas não houve tempo: foi preso em casa na madrugada de 23 de maio.

“Mas a lenda, mais poderosa que a verdade histórica, fixou-a ali.”

A produção aurífera declinara, com a redução do ouro de fácil extração, o de aluvião. O fato vinha ocorrendo há décadas. Atribuindo a queda na arrecadação ao contrabando de ouro e à sonegação do tributo (o quinto do ouro extraído), a Corte exigia mais ouro e mais impostos. A ameaça da *Derrama* (cobrança de todos os impostos atrasados) insuflava a revolta.

Embuçado de Vila Rica ainda é incógnita

O alferes Joaquim Silvério dos Reis denunciou a conspiração ao novo governador de Minas, Luiz Antônio Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, *Visconde de Barbacena*, em 19 de abril de 1789, por escrito, na chácara em que este residia, em Cachoeira do Campo, a quatro léguas de Vila Rica. Inimigo de Gonzaga, apontou-o como líder do movimento e autor de plano de degolar o governante, ideia, na verdade, de Tiradentes, que não abria mão de executá-la. A delação deflagrou a reação. Embora amigo de Gonzaga desde Portugal, o Visconde ordenou a prisão dos acusados e o arresto dos seus bens, até os de uso pessoal, como o dedal de ouro do poeta.

Preso em 25 de maio, Cláudio se suicidou dias depois, em 4 de julho de 1789, numa cela da Casa dos Contos, “*transtornado, talvez, por não ter sabido calar os nomes dos outros conjurados,*” conjectura Luciana Stegagno-Picchio (*História da literatura brasileira*). Para historiadores como Waldemar de Almeida Barbosa e Augusto de Lima, Cláudio, na verdade, foi assassinado. Já Eduardo Frieiro conta que a Casa dos Contos funcionava noutro prédio, não no imponente edifício atual, “como o demonstrou um escrupuloso pesquisador da história mineira.” E acrescentou: “*Mas a lenda, mais poderosa que a verdade histórica, fixou-a ali, e o fantasma de Cláudio não pode aparecer em outra parte.*” (Ouro Preto e seus fantasmas, em *O diabo na livraria do cônego*).

[Ainda não se descobriu quem foi o *Embuçado de Vila Rica*, misterioso personagem que, dias antes, embrulhado numa grande capa, o rosto encoberto pelo chapéu desabado, percorreu as ruas escuras de Vila Rica, batendo na porta de inconfidentes, sem se identificar, para recomendar que fugissem e rasgassem os papéis comprometedores, pois seriam presos. Cogitou-se que seria o próprio Visconde, ou alguém a seu mando, para salvar a vida dos seus amigos poetas.] No *Romanceiro da Inconfidência*, Cecília Meireles escreveu:

*Homem ou mulher? Quem soube?
Tinha o chapéu desabado.
A capa embrulhava-o todo:
era o embuçado.*

.....
*Em outro poema:
“Que fugisse, que fugisse...
– bem lhe dissera o embuçado!
que não tardava a ser preso,
que já estava condenado,
que, os papéis, queimasse-os todos”:
Vede agora o resultado:
Mais do que preso, está morto,
numa estante reclinado,
E com o pescoço metido,
num nó de atilho encarnado.*

.....
*Entre esta porta e esta ponte,
Fica o mistério parado.
Aqui, Glauceste Satúrnio,
morto, ou vivo disfarçado,
deixou de existir no mundo,
em fábula arrebatado,
como árcade ultramarino
em mil amores enleado.*

Os demais réus foram mandados para a fortaleza da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro. Durante três anos, aguardaram na prisão o julgamento da Alçada (tribunal). Os poetas negaram envolvimento na conspiração. Único réu cuja pena de morte não foi comutada pelo degredo, Tiradentes foi enforcado e esquartejado no Rio em 21 de abril de 1792. A Gonzaga não permitiram ver Marília ao ser levado para a Ilha das Cobras, nem ao partir para Moçambique, três anos depois.

Sonoro passarinho, toma de Minas a estrada

A certa altura, o poema lírico *Marília de Dirceu* passa a relatar as agruras do poeta na prisão. Fala da “*cruel masmorra tenebrosa*”, de inocência, de “*calúnias vis.*” E pede a “*sonoro Passarinho*” que, ao invés de cantar para contentá-lo, busque Marília em Vila Rica e lhe conte seu penar.

.....
*Toma de Minas a estrada,
Na igreja nova, a que fica
Ao direito lado, e segue
Sempre firme a Vila-Rica*

*Entra nesta grande terra,
Passa uma formosa ponte,
Passa a segunda, a terceira
Tem um palácio defronte.*

*Ele tem ao pé da porta
Uma rasgada janela,
É da sala, aonde assiste
A minha Marília bela.*

.....

*O seu semblante é redondo,
Sobrancelhas arqueadas
Negros e finos cabelos
Carnes de neve formadas*

*A boca risonha e breve
Suas faces cor de rosa
Numa palavra; a que vives
Entre todas mais formosa*

*Chega então ao seu ouvido
Dize que sou eu que te mando,
Que vivo nesta masmorra,
Mas sem alívio penando.*

Mesmo abatido, inconformado, espera que a sorte mude, sonha envelhecer em paz com Marília e eventuais filhos: *Nas noites de serão nos sentaremos/ Co'os filhos, se os tivermos, à fogueira;/ Entre as falsas histórias, que contares,/ Lhes contará a minha, verdadeira:/ Pasmados te ouvirão; eu, entretanto,/ Ainda o rosto banharei de pranto.*

Poeta se casa, tem filhos e morre no exílio

Gonzaga foi para o degredo em Moçambique em 23 de maio de 1792, exatamente três anos depois da prisão. Viagem de 70 dias num veleiro. Chegou em 31 de julho de 1792 à Vila de

São Sebastião, da ilha, então capital da colônia portuguesa, habitada por Camões em 1541/42, conta, em *O degredo de Tomás Gonzaga e a ilha de Moçambique*, o desembargador mineiro Doorgal Borges de Andrada, que ali esteve em 2014 (*MagisCultura*, 15). Logo se tornou “o mais importante advogado da região”, trabalhando para “influentes homens ricos.” Também ocupou “elevados cargos públicos”, disse.

Menos de um ano depois, maio de 1793, o poeta se casou com Juliana de Sousa Mascarenhas, de 18 anos, filha de grande comerciante [de escravos], Alexandre Roberto Mascarenhas. Tiveram dois filhos, Ana e Alexandre, diz Doorgal. Em Minas, revela Wilson Martins, o poeta tivera um filho da relação com certa Laura, citada numa das liras (*História da inteligência brasileira*).

Augusto de Lima observa, em *O amor infeliz*, que o poeta – endividado, psicastênico, doente, hospedado na casa do comerciante para se tratar e considerando que a presença da jovem na casa “podia comprometer a honra da donzela” – acabou pressionado a se casar e levou o resto de sua existência “vegetando estupidamente ao lado daquela criatura que ele não podia amar e que contrastava singularmente com seu ideal de outrora. Nunca mais escreveu versos. Duas poesias que lhe atribuem são apócrifas.” Na edição do bicentenário do livro, Melânia Silva de Aguiar assinala que o casamento com mulher “analfabeta e rica, resultado talvez mais da lei da sobrevivência do que do impulso amoroso”, não lhe inspirou versos de amor, seu grande tema.

Conta Augusto de Lima que Gonzaga advogou “em pequenos feitos forenses” e administrou “desastradamente algumas propriedades agrícolas de sua mulher”, e, nos últimos anos, pleiteou e obteve “o humilde emprego de Juiz de Alfândega de Moçambique.”

Pouco antes de partir para o degredo, Gonzaga escrevera a Dorotéia propondo irem juntos para se casar, mas ela se desculpou por não o acompanhar logo, para não evidenciar que sabia da cruel proibição de familiares acompanharem os degredados. Ele deveria, então, seguir seu destino, guardando ou não o compromisso. Com a resposta, devolveu-lhe as cartas e as *Liras* guardadas. Gonzaga se sentiu abandonado, mas não se queixou. Conseguiu remeter as *Liras* a Lisboa e, no mesmo ano de 1792, a primeira parte de Marília de Dirceu foi publicada, com grande êxito, ignorado pelo poeta.

Cumprida a pena, Gonzaga permaneceu na ilha. Quase todos os parentes haviam falecido. O casamento com Marília em Lisboa era incogitável: ele era casado. Morreu em fevereiro de 1810, foi sepultado na Sé da ilha. Seus ossos foram transportados em 1835 para a igreja do povoado da Cabaceira Grande, após terremoto destruir a catedral. As *Cartas chilenas* são agora adormecido episódio da vida literária brasileira. O poema lírico continua sendo editado até hoje.

“Vegetando estupidamente ao lado daquela criatura que ele não podia amar e que contrastava singularmente com seu ideal de outrora. Nunca mais escreveu versos.”

As juras de amor dos amantes sucumbiram à trágica separação

No artigo *Os amores de Marília e Dirceu* (Suplemento Literário do Minas Gerais, nº 444), advertindo que punha a verdade acima de tudo, “*doa a quem doer*”, Rodrigues Lapa explica que o escreveu para “*certamente desfazer um mito que é das grandes imposturas histórico-literárias do Brasil: a pureza inviolável da famosa Marília de Dirceu*.”

Espantava-o ter o mito sobrevivido, durante mais de um século, ao testemunho dos que o negaram, numa “*pura hipocrisia social e literária*.” Segundo ele, o explorador inglês Richard Burton, em viagem a Minas em 1867, ecoou esta notícia: “*um certo Dr. Queiroga, ouvidor de Ouro Preto, teve a honra de suplantar, mas não em oferta legal, o poeta Gonzaga. Dele D. Marília de Dirceu, como era chamada, teve três filhos: Dr. Anacleto Teixeira de Queiroga, D. Maria Joaquina, e D. Dorotéia, todos de olhos azuis e cabelos loiros*.”

Lapa afirma que, apesar de certa inexactidão, a notícia continha “*indício altamente revelador: na vida amorosa de Marília houvera um ouvidor de Ouro Preto (-Tomás Antônio Gonzaga) e um Queiroga (-Manuel Teixeira de Queiroga). E isso é a pura verdade histórica e literária, de fácil demonstração*.”

No seu *Diário de Viagem a Minas*, o imperador Dom Pedro II anotou em 1º de abril de 1881: “*Subi até o chafariz da ponte para ver a neta de Marília de Dirceu, mulher de Carlos Andrade, que mora perto. Apareceu à janela. É elegante e graciosa, porém não beleza. Tem ares de inteligente*.” O anotador do Diário, Hélio Vianna, corrigiu-o, afirmando que Dorotéia não tivera neta, pois falecera solteira, em 1853. Tratava-se de calúnia, “*lenda destruída por Tomás Brandão, em livro a ela dedicado*.”

Acrescenta Lapa que em texto de José Vieira Fazenda se lê que o *Jornal do Comércio* pusera “*por terra a pretendida fidelidade de Marília*”, ao publicar, em 18 de janeiro de 1893, este telegrama: “*Ouro Preto, 17 de janeiro. Faleceu o Major Pedro Queiroga, neto de Marília de Dirceu, vítima de lesão cardíaca. Era oficial maior aposentado da Secretaria do Interior, dotado de inteligência e por todos respeitado*.”

“Desfazer um mito que é das grandes imposturas histórico-literárias do Brasil: a pureza inviolável da famosa Marília de Dirceu.”

Diante disso, diz Lapa, deveriam ter sido postas de lado “*as veleidades de Thomaz Brandão, o qual pretendeu, em 1932, endossar para Emerenciana os desmandos eróticos da mana Maria [Dorotéia]. É claro que esse estratagema foi uma gigante falsificação histórica, um embuste sem igual, pois também não é de se acreditar que o seu autor desconhecesse o apontamento genuinamente histórico de Vieira Fazenda, escrito oito anos antes. Está pois hoje confirmado, sem sombra de dúvida, que Marília não faleceu (...) ‘em honrada fidelidade ao seu primeiro amor’ e o seu ventre não ficou estéril. Que mal haverá nisso? Alguém supõe que este grande país que é o Brasil poderia ter sido formado só com filhos do matrimônio legal?*”

Versão de Augusto de Lima: “*Sua irmã Emerenciana, mais moça, deixara-se seduzir por um certo Queiroga e muito custou a Dorotéia e às suas irmãs ocultarem o fato ao pai e às velhas tias a vergonha que acabava de lhes acontecer. Mais tarde, Marília socorreria ao fruto desse amor, estipendiando-lhe a educação, quando Emerenciana, casando-se com outro que não o sedutor, deixou de prover ao filho suas necessidades*.” No testamento, de 2 de outubro de 1836, Dorotéia instituiu “*seus testamenteiros e universais herdeiros*” a sobrinha “*Francisca de Paula Manso de Seixas, que vive em minha companhia e Anacleto Teixeira de Queiroga, que, ao presente, é residente no Rio de Janeiro (...)*”

Segundo o crítico Brito Broca, foi o poeta “*Olavo Bilac*”, homiziado em Minas em 1893, “*quem procurou pela primeira vez desencantar o mito do famoso idílio*.” Vasculhou arquivos e, em crônica no livro *Crítica e Fantasia* (1904), conclui que “*o drama a que se empresta tão vivo colorido romântico, teve um desfecho vulgar*.” Degredado, Gonzaga se adapta à situação e esquece Marília para se casar com jovem senhora, “*enquanto em Ouro Preto Dorotéia se esquece ainda mais depressa do ex-noivo, vindo a ter alguns filhos bastardos*.” (*Horas de leitura*).

Os encantos sedutores da linguagem do poeta

No mesmo artigo, Lapa observa ainda que, na obra de Gonzaga, a *Natureza toma o lugar de Deus*, “praticamente ausente em tudo que respeita ao homem e mulher. Para ser feliz, não há mais que seguir as suas leis sábias, dirigidas à conservação da espécie. É com esta filosofia e com os encantos duma linguagem sagazmente preparada, que o astuto ouvitor de Vila Rica vai urdir a teia de sedução que é a ‘Marília de Dirceu’. Não sentia propriamente o amor; pensava-o, em termos de sensualidade, com apetite carnal; e tudo quanto não seja isso não passa de enfeite retórico, dirigido a iludir o leitor.” Prossegue pinçando versos das Liras para fundamentar a tese, e afirma que os da Lira XXIII atestam “inequivocamente que o amor de Dirceu foi coroado pela posse de Marília.”

Despojos jazem na mesma obra suntuosa criticada pelo poeta

*Depois que nos ferir a mão da morte
Ou seja neste monte ou noutra serra
Nossos corpos terão, a sorte
De consumir os dois a mesma terra.
Na campa rodeada de ciprestes
Lerão estas palavras os pastores:
Quem quiser ser feliz nos amores
Siga o exemplo que nos deram estes.*

Ao compor estes versos, Gonzaga não poderia imaginar a infelicidade no amor, a prisão como conspirador contra a própria pátria, o degredo e a morte na África, o retorno dos seus restos mortais a Vila Rica para repousar no mesmo “soberbo edifício” cuja suntuosidade criticara, transformando-se a Cadeia no Museu da Inconfidência, e que, anos depois, a eles se juntariam para sempre os de Dorotéia.

Dizendo ter orgulho de ser “filho de Minas”, o desejo de preservar a história mineira e o de fazer justiça aos mártires da Inconfidência, Augusto de Lima levou ao presidente da República, em 1936, a primeira edição de *O amor infeliz de Marília e Dirceu*, e lhe pediu autorização para repatriar os despojos de Gonzaga. Getúlio Vargas autorizou, pedindo-lhe que redigisse o decreto e executasse a medida. Pediu sua extensão aos demais, sendo novamente atendido.

Após a separação, Dorotéia se recolhera a uma fazenda em Itaverava. Falecendo o pai em 1815, retornou a Vila Rica. Despertava a curiosidade dos que visitavam Ouro Preto. Morreu solteira, aos 85 anos, em 10 de fevereiro de 1853, na casa em que nascera. Foi sepultada na Matriz de Antônio Dias, numa campa sem qualquer inscrição, além do número: 11.

“Ao compor estes versos, Gonzaga não poderia imaginar a infelicidade no amor, a prisão como conspirador contra a própria pátria, o degredo e a morte na África.”

Os restos de 12 inconfidentes ficaram na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, de Antônio Dias, de 1938 até 21 de abril de 1942, quando passaram ao Panteão da Inconfidência, numa sala do Museu da Inconfidência, criado naquele ano, mas inaugurado somente no bicentenário de Gonzaga, em 11 de agosto de 1944. Em 20 de abril de 1955, superados os preconceitos, em ato solene, presidido pelo governador, Clóvis Salgado, foi levada para o Panteão a urna com os despojos de Dorotéia, que desde a exumação, em 1938, na Matriz de Antônio Dias, estavam na Igreja de São Francisco de Assis. [Alentada tese nega serem de Gonzaga os despojos depositados no Panteão, sim de neto africano dele, mas esta é outra das muitas histórias polêmicas de Vila Rica].

Rodrigues Lapa: consciência capaz de tudo sacrificar em nome da verdade

“Lapa, ensaísta e crítico literário de grande mérito, profundo conhecedor da língua e da estilística, desmistificador, possui a contundência dos que amam a franqueza total.”

Manuel Rodrigues Lapa (1897-1989) nasceu e morreu em Anadia, Portugal. Lecionou na Faculdade de Letras de Lisboa. Demitido, por suas convicções políticas, escreveu e editou livros. Exilou-se no Brasil em 1957, morou em Belo Horizonte, onde lecionou literatura na Faculdade de Filosofia da UFMG. Também ensinou em outras universidades do país. Autor da tese *Das origens da poesia lírica em Portugal na Idade Média* e de obras como *Estilística da língua portuguesa* (1945), editou em 1957, para o Ministério da Educação e Cultura, as *Obras completas de Tomás Antônio Gonzaga*. Rui Mourão, editor, em 1975, de duas edições do *Suplemento Literário* do Minas Gerais em sua homenagem, afirmou que Lapa, ensaísta e crítico literário de grande mérito, profundo conhecedor da língua e da estilística, desmistificador, possui a contundência dos que amam a franqueza total. “O amor à liberdade, a paixão pelas causas nobres e generosas, aliados ao destemor de uma consciência que é capaz de tudo sacrificar em nome da verdade, fizeram dele um dos mais autorizados intérpretes da Inconfidência Mineira.”

Referências bibliográficas

Obras de Tomás Antônio Gonzaga:

- *Cartas Chilenas* (A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>
- *Marília de Dirceu*, edição do bicentenário (1792-1992), prefácio e notas de Melânia Silva de Aguiar. Rio de Janeiro-Belo Horizonte: Livraria Garnier, 1992.

Outras:

- M. Rodrigues Lapa, *As “Cartas Chilenas” – Um problema histórico e filológico*. Prefácio de Afonso Penna Júnior. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (INL), 1958.
- Manuel Bandeira. *Apresentação da poesia brasileira*, em *Seleção de prosa*, 4ª. impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- Augusto de Lima Júnior, *O amor infeliz de Marília e Dirceu*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1998.
- Antônio Cândido. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750-1880)*, 15ª. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2014.
- Cecília Meireles. *Romanceiro da Inconfidência*, 4ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- *Suplementos Literários* 443 e 444, ano IX, de 1º e 8 de março de 1975, em homenagem a Manuel Rodrigues Lapa, reunidos em um caderno Belo Horizonte: Imprensa Oficial de MG.
- Melânia Silva de Aguiar. *A literatura do setecentos em Minas Gerais: o Arcadismo*, em *História de Minas Gerais – As Minas setecentistas*, 2, org. de Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Vivalta. Belo Horizonte: Autêntica; Cia. do Tempo, 2007.
- Lucas Figueiredo. *O Tiradentes – Uma biografia de Joaquim José da Silva Xavier*, 1ª. ed. São Paulo: Cia. de Letras, 2018.
- Fritz Teixeira de Salles. *Vila Rica do Pilar*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1965.
- Eduardo Frieiro. *O diabo na livreria do cônego, Como era Gonzaga? e outros temas mineiros*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1957.
- Luciana Stegagno-Piccio. *História da literatura brasileira*, 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.
- Massaud Moisés. *Pequeno dicionário de literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix (s/d)
- Wilson Martins. *História da inteligência brasileira*, vol. I (1550-1794). São Paulo: Cultrix - Editora da USP, 1976.
- Rui Mourão. *Boca de chafariz*, 3ª. ed. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Villa Rica, 1992
- Almir de Oliveira. *Um juiz do século dezoito*, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, vol. IX. Belo Horizonte, 1961.
- João Lúcio dos Santos. *A Inconfidência Mineira*, edição do sesquicentenário. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.
- João Camillo de Oliveira Torres. *O homem e a montanha*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- A.E. dos Santos Maia. *Ouro Preto. Homens, ideias e fatos*. Ouro Preto: 1972 (Impressão da Minas Gráfica, de BH).
- *A arte de furto e seu autor*, 2ª. ed. Afonso Penna Junior. Comentários de Henrique Leal. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Expressa, 2009.
- Brito Broca, *Horas de Leitura*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura (INL), 1957.



O encontro marcado com Fernando Sabino

Roberto Vasconcellos
Desembargador do TjMG

A Música, o Cinema e a Literatura são indissociáveis e servem à vida antes de tudo. Em *“Resposta a um leitor de Belo Horizonte”* (1941), Vinícius de Moraes contou que quando se ouve Debussy *“você fica logo com aquela tendência invencível para emprestar uma forma à música, torná-la cinematicamente contínua”*.

Quando eu era menino, nos anos 1970, pela primeira vez ouvi as orquestras de Duke Ellington e Gene Krupa, uma imediatamente após a outra: os arranjos de Billy Strayhorn, o sax de Johnny Hodges, o trompete de Roy Eldridge e a voz de Anita O’Day, a *“Jezebel do Jazz”*. Clarice Lispector escreveu que a alegria do prazer é a vida nascendo. O jazz foi o *“Big Bang”* da minha existência.

Eram os bons tempos das *Sessões da Tarde* e não demorou para que eu emprestasse uma forma à música que escutava: *“Ball of Fire”*. A dançarina Sugarpuess O’Shea (papel de Barbara Stanwyck), personagem que Ruy Castro alcunharia *“com pelo menos um sapatinho no bordel”*, canta *“Drum Boogie”*, acompanhada por Krupa à caixa de fósforos, em um solo imortal, que pode ser conferido no *“you tube”*, capaz de provocar a aposentadoria precoce das baquetas de muitos bateristas famosos do rock hodierno.

É bem verdade que Pauline Kael, a respeitada crítica da revista *“New Yorker”*, onde escreveu por mais de três décadas, considerou *“Ball of Fire”*, de 1941, um filme *“estridente e chato”*. Ora, não bastasse a performance memorável de Krupa, a comédia foi idealizada por Howard Hawks, que, dentre obras-primas, dirigiu as fitas *“Uma Aventura na Martinica”* e *“À Beira do Abismo”*, estreladas pelo célebre par Bogart/Bacall. Considero o comentário da norte-americana imperdoável.

Na adolescência, maravilhado, descobri o grande Fernando Sabino, amigo de Vinícius de Moraes e Clarice Lispector. A estreia se deu através da narrativa da vida do escritor Eduardo Marciano, *“um homem que amadurece em um mundo desorientado”*, cujos discos de *“Duke Ellington se repetiam com estrépito na vitrola”*, e que, a certa altura da obra, aprendeu que *“a música é o silêncio em movimento”*.

Nos idos universitários, na década de 1980, conheci o irmão de Fernando, o boa praça e jornalista Gerson Sabino, *“enciclopédia do futebol”* e frasista genial: *“No Brasil, todo mundo entende de futebol ... menos os cartolas”*. Tive a ousadia de levar ao seu escritório, na Avenida Brasil, em Belo Horizonte, um conto da minha autoria. Ele o leu, mas nunca opinou sobre o escrito, conversamos horas sobre o esporte bretão.

No final dos anos 1990, ao embalar o meu primogênito, por mais incrível que possa parecer, descobri que a música mais emblemática da Era do Swing, *“Sing, Sing, Sing”*, clássico da Orquestra de Benny Goodman, que traz Gene Krupa na formação,

“A Música, o Cinema e a Literatura são indissociáveis e servem à vida antes de tudo.”

“*On the rocks*’,
ouvi dele uma
história formidável
e, segundo dito, até
então nunca
publicada.”

exercia miraculosos poderes calmantes sobre o recém-nascido, que, depois, quando contava cinco anos de idade, sem nenhuma proposital influência do jazz, pediu para trocar as aulas do piano pelas da bateria.

Em 2001, finalmente me encontrei com Fernando Sabino. Estava em um bar, escutando a Happy Feet Jazz Band, ocasião em que o enxerguei, “*dando uma canja*”, na bateria (aliás, a origem da expressão remonta aos anos 1960, quando, em São Paulo, no Clube dos Amigos do Jazz – CAMJA –, o palco sempre estava disponível para os músicos frequentadores). Terminada a apresentação, eu disse a ele que, ao desatarraxar o parafuso borboleta do instrumento e executar virtuosamente um grave e enérgico “*press drum roll*”, reconheci o estilo marcante de Gene Krupa.

Ele me olhou firmemente e indagou se eu conhecia Gene Krupa. Eu respondi que sim, que tinha mais discos de Krupa do que o próprio Krupa possuía. Então, Fernando Sabino perguntou se eu aceitaria tomar um whisky em sua companhia. “*On the rocks*”, ouvi dele uma história formidável e, segundo dito, até então nunca publicada:

Em sua primeira ida a Nova York, no pós-guerra e para trabalhar praticamente como um “foca”, além de exercer função burocrática no Consulado brasileiro, Fernando Sabino foi recepcionado por Vinicius de Moraes – diplomata de carreira que serviu em Los Angeles, Paris e Montevidéu –, que, naquele mesmo dia da chegada, teria prometido apresentá-lo a Gene Krupa, “band leader” que, àquela época, tocava regularmente no “Smalls Paradise”, um “nightclub” localizado no Harlem.

O espetáculo aconteceria mais tarde, daí por que Fernando Sabino se dirigiu ao hotel para descansar. A ansiedade era tanta que, antes do anoitecer, ele já estava pronto. Resolveu “matar o tempo”, caminhando pelas ruas da “Big Apple”.

Eis que, em um café de Nova York, Fernando Sabino avistou o primeiro jazzista a entrar para a Academia Real de Música de Estocolmo, Edward Kennedy Ellington, em animado bate-papo com membros da sua orquestra. O brasileiro se aproximou, identificou-se e pediu para conversar com “o Duke”. Contou que o compositor e pianista pôs-se a rir e perguntou sobre qual assunto eles poderiam discutir. Fernando Sabino foi enfático: “Debussy!”, respondeu.

Claude-Achille Debussy é um compositor erudito francês cuja influência no mundo da música é tão universal, inclusive sobre compositores do jazz, que, por designação metafórica, o seu nome foi dado a uma cratera do planeta Mercúrio, com mais de 80 Km de diâmetro.

O “efeito Debussy” causou tamanha impressão que Fernando Sabino foi aceito pelo grupo ‘ellingtoniano’. Às quatro horas da manhã, quando ele já havia sido presenteado até com um passe livre para frequentar os ensaios da orquestra, se lembrou do amigo Vinícius de Moraes.

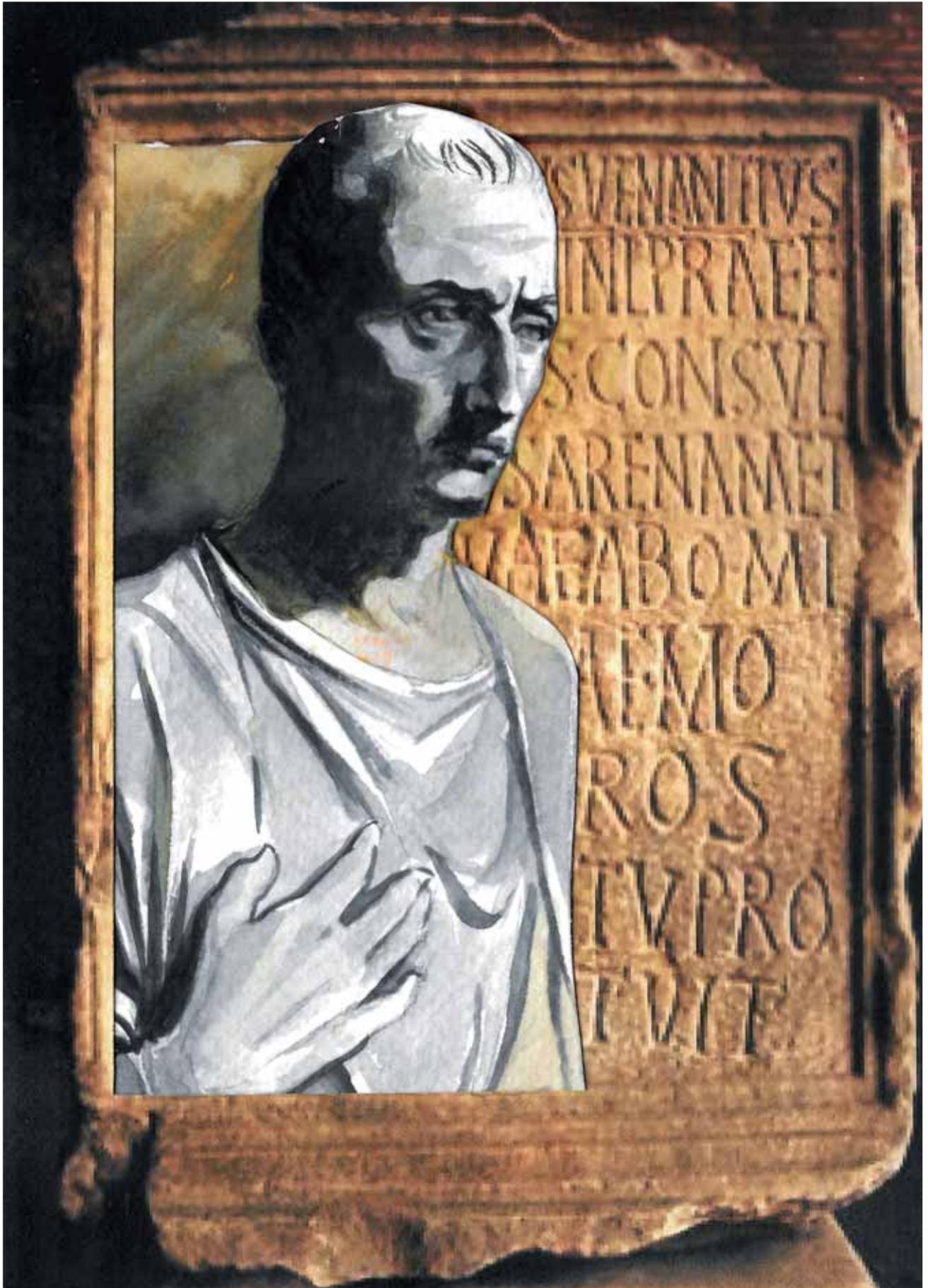
Fernando Sabino tomou o táxi que o conduziu ao fim de noite do “Smalls Paradise”. A casa estava com a porta entreaberta, as luzes apagadas e quase todas as cadeiras sobre as mesas, com exceção de dois assentos, ao fundo, ocupados por alegres bêbados, Gene Krupa e Vinícius de Moraes, que, ao reconhecer o atrasado jornalista e escritor, gritou:

– “Porra, Fernandinho, isso é hora? Eu já não aguento mais segurar esse bêbado para você!”

O que eu mais gostei sobre o remake do filme “Ocean’s Eleven”, por aqui “Onze Homens e um Segredo”, é o código de honra entre aqueles que apertaram a mão de Frank Sinatra.

Ao apertar a mão de Fernando Sabino naquele dia de 2001, gosto de imaginar que me tornei confrade daqueles que, honradamente, também seguraram as mãos de Vinícius de Moraes, Clarice Lispector, Gene Krupa, Duke Ellington e até Frank Sinatra, mãos abençoadas, que criaram Música, Cinema e Literatura, as melhores respostas para as grandes questões da vida e o seu encontro marcado.

“Mãos abençoadas,
que criaram Música,
Cinema e Literatura,
as melhores
respostas para as
grandes questões da
vida e o seu encontro
marcado.”



O latim: língua imortal

Luiz Carlos Biasutti

Desembargador do TJMG, aposentado

Esta afirmação merece destaque e não pode ser esquecida, pois o Latim atravessou todos os tempos, originou importantíssimos idiomas e permanece em uso, ainda que de forma mais setorizada. Mas ele vive!

Inicialmente, o Latim era falado apenas pelos romanos. Ocorre que as impressionantes conquistas dominadoras de Roma (fundada cerca de 754 a.C.) fizeram com que o Latim superasse os dialetos dos povos vencidos e, à medida que o Império Romano se expandia, o mesmo ocorria com a língua, de modo que foi adotada pela população e pela Academia, distanciando-se, com o tempo, o chamado “*latim vulgar*” do “*latim erudito*”.

Na fase áurea, de 90 a.C. a 14 d.C., a língua passa a ter todas as suas características, já num conjunto a que se dá o nome de “*latim clássico*” – época de ouro das letras, ilustrada pelas obras de Virgílio, Horácio e Cícero.

Fato é que todo o território que chegou a integrar o Império Romano – Europa, bacia mediterrânea da África e da Ásia – foi abrangido pelo Latim. Evidentemente, o espaço geográfico, as características locais e, posteriormente, o declínio do império, com as invasões bárbaras, contribuíram para a transformação do Latim coloquial em dialetos que, posteriormente, configuraram idiomas hoje de absoluta importância.

Língua materna

É, portanto, o Latim a “*língua-mãe*” dos seguintes idiomas do mundo atual: Italiano, Espanhol, Francês, Português e Romeno, denominadas as línguas neolatinas ou românicas.

Na literatura, são inúmeros os autores e pensadores das línguas neolatinas que produziram obras marcantes na história da humanidade, podendo-se citar como exemplos:

- . Na Itália, Dante Alighieri, com “*A Divina Comédia*”;
- . Na Espanha, Miguel de Cervantes, com “*Dom Quixote*”;
- . Na França, Victor Hugo, com “*Os Miseráveis*”;
- . Em Portugal, Luís de Camões, com “*Os Lusíadas*”;
- . Na Romênia, Virgil Gheorghiu, com “*A 25ª Hora*”.

Atualmente, as línguas românicas ocupam, juntas, o segundo lugar entre as mais faladas no mundo, pois somam 895 milhões de pessoas, ficando atrás apenas do Chinês, falado por cerca de 1,2 bilhão de pessoas. Nesse panorama, o Inglês está em terceiro lugar, com aproximadamente 380 milhões de falantes.

Individualmente considerados, os idiomas neolatinos assim figuram em termos de população:

- . Espanhol – aproximadamente 400 milhões
- . Português – aproximadamente 270 milhões
- . Francês – aproximadamente 136 milhões
- . Italiano – aproximadamente 64 milhões

. Romeno – aproximadamente 25 milhões

A importância insuperável do Latim pode ser medida pelo marco histórico da criação da imprensa escrita, pois o primeiro livro impresso, no Ocidente, foi trabalho de Gutenberg: a Bíblia, em Latim, volume de 1.282 páginas, sendo utilizado o sistema de tipos móveis e de metal, criado pelo próprio Gutenberg, tendo o processo de impressão começado em 1450 e terminado em 1455. Assim, a Bíblia de Gutenberg é um ícone da evolução da comunicação escrita, tendo ele ficado conhecido como o “pai da imprensa”.

Forte na Ciência e Religião

O Latim vive também e se perpetua na Ciência, na Religião e no Direito, integrando expressões e designações fundamentais.

Na Ciência, destaca-se a taxonomia ou a classificação biológica dos seres vivos que, no intuito de fazer com que cientistas do mundo inteiro, independentemente de sua língua-mãe, saibam identificar os seres vivos, elegeu o Latim como a língua a operar essa padronização. Adotou-se um sistema binomial, em que a primeira palavra indica o gênero e a segunda indica a espécie de determinado ser. Como exemplo, cita-se o pau-brasil, cientificamente identificado como *Paubrasilia echinata*; a orquídea, denominada *Laelia purpurata*; o leão, designado por *Panthera leo*; o famoso “mosquito da dengue”, *Aedes aegypti*; e o homem: *Homo sapiens*.

Augusto Ruschi, o Patrono da Ecologia no Brasil, nascido em Santa Teresa (ES) (1916/1986), dedicou-se à identificação e catalogação de diversas espécies de seres vivos, especialmente de beija-flores, aplicando, na atividade de taxonomia, a regra universal: a língua latina.

Na Religião, registra-se que o Latim foi adotado como o idioma da Igreja Católica e isso tem estreita relação com o Império Romano. Para que a difusão da mensagem da Igreja fosse historicamente universalizada, foram empregados elementos históricos que contextualizavam seu próprio nascimento e, sem dúvida, imprescindíveis foram a língua e a estrutura do Império Romano, cuja abrangência atingiu a Palestina dos tempos de Jesus. Como alto funcionário de transição do governo de ocupação, Pôncio Pilatos tinha a missão de consolidar o império naquele território e isso implicava, também, a expansão do idioma imperial, além da cultura, leis e costumes romanos.

A propósito, eis uma interessante e esclarecedora passagem: Quando da crucificação de Jesus, na cruz do calvário, Pilatos mandou afixar uma placa em que se lia: *INRI*, que significa: *Jesus Nazareno Rex Iudeorum* (Jesus Nazareno Rei dos Judeus). Os escribas queriam exigir de Pilatos a remoção da placa, mas ele falou, claramente para todos: *Quod scripsi, scripsi* (“O que escrevi, escrevi.”).

Enfim, a Bíblia, os documentos eclesiais e os concílios foram sendo escritos ou traduzidos para o Latim, com o objetivo

“Antigamente, no Brasil, as missas eram todas rezadas em Latim.”

de atingirem os mais remotos rincões geográficos do mundo até então conhecido, sendo essencial a adoção de uma língua universal, a permitir não somente a comunicação oficial entre integrantes de um mesmo contexto histórico, mas que amalgamasse cristãos de todas as épocas.

Dada a sua precisão e considerando que não está sujeita a inovação (e é somente nesse sentido que se pode admitir ser chamada de “língua morta”), a língua latina mostra-se a mais apropriada, eis que se faz necessário manter estáveis os significados das palavras, conservando a precisão do sentido do texto para leitores de todas as épocas.

Nesse sentido, São Jerônimo, nascido em 347, ganhou maior notoriedade por sua tradução, a partir do original, da bíblia hebraica para o Latim, conhecida como *Vulgata*.

Na música religiosa, o Latim permanece vivo através, por exemplo, dos apreciados Cantos Gregorianos, que receberam essa denominação por conta do Papa Gregório, que comandou a Igreja entre 590 e 604.

Antigamente, no Brasil, as missas eram todas rezadas em Latim, sendo que o Ofício Divino, leitura obrigatória para todos os padres e frades, ainda é rezado em Latim.

Atualmente, manifestação concreta do Latim em popular celebração religiosa ocorre todos os sábados, quando Frei Bruno Varriano, brasileiro, reitor da Basílica da Anunciação, na cidade de Nazaré, em Israel, abre o maior templo da Terra Santa, às 22h00 (horário do Brasil), usando, em princípio, a língua latina para liderar uma procissão em que os fieis presentes, rezando o terço, realizam um percurso próximo à Basílica. O frei começa o evento entoando a *Salve Regina* e, depois das orações em latim, no retorno da pequena procissão, dentro do belo templo, despede-se dos fieis com um *“Ite in pace! Deo gratias!”*. Pessoas de todas as partes do mundo cristão, que falam diversas línguas, costumam ir a essa cerimônia, mas Frei Bruno, com as orações em Latim, é entendido por todos. A ruína da casa em que viveram Jesus, Maria e José fica dentro do templo que abriga tal cerimônia e foi transformada em *Domus Ecclesiae*, que significa “Casa da Igreja”.

Basilar no Direito

Já na seara do Direito, o Latim mostra-se basilar. O ordenamento jurídico brasileiro tem origem no Direito Romano da

Antiguidade, calcado no Latim Clássico. Malgrado na Idade Média tenha sido alterado, na forma, pelo Direito Canônico Medieval, o idioma permaneceu intacto. Somente com a Revolução Francesa é que o Latim foi substituído pelo francês – medida instituída por Napoleão Bonaparte. Todavia, nunca se deixou de buscar na fonte do “idioma imutável” a essência dos principais institutos jurídicos, sendo inúmeras as **expressões latinas** até hoje comumente empregadas na Academia e no próprio dia a dia forense.

A título de curiosidade, em consulta ao Dicionário Jurídico da Academia Brasileira de Letras Jurídicas (Forense, 2016), verifica-se que a palavra *ius* e expressões por ela formadas totalizam 66 verbetes!

A propósito, a Academia Brasileira de Letras Jurídicas, sociedade pública declarada de utilidade pública federal, fundada em 6 de setembro de 1975, é composta por cinquenta cadeiras, ocupadas por escritores juristas brasileiros, sendo que cada uma tem seu patrono, e adota como lema a expressão *recta ratio*, isto é, “*reta razão*”. Tal lema foi proposto, no ato de sua fundação, pelo professor e desembargador Fernando Whitaker da Cunha, tratando-se de expressão cunhada por Cícero (106-43 a.C) e retomada por Grocio (1583-1645) para “... afirmar o direito como a razão, que reta, é o único critério de verdade reservado ao homem dentro de suas possibilidades” (trecho extraído do sítio eletrônico da ABLJ - endereço <http://www.ablj.org.br/revistas/revista4/revista4%20RECTA%20RATIO.pdf>).

Inscrições em latim estampam também símbolos oficiais de algumas cidades e Estados brasileiros. A nossa querida bandeira mineira traz em si o *Libertas quae sera tamen* (“*Liberdade ainda que tardia*”), a do Estado do Rio de Janeiro, *Recte rempublicam gerere* (“*Gerir a situação pública com retidão*”) e o brasão da cidade de São Paulo traz a inscrição *Non ducor duco* (“*Não sou conduzido, conduzo*”).

Fora da escola

O que causa perplexidade é saber que o Latim não é mais disciplina lecionada sequer nos Cursos de Direito como obrigatória, tornando-se, quando muito, matéria eletiva de especializações ou “ferramenta” a ser estudada para auxílio na elaboração de teses de Mestrado ou Doutorado.

Na verdade, o ensino do Latim no Brasil teve início com a chegada dos jesuítas, no século 16, juntamente com o ensino da cultura clássica e do Cristianismo. Todavia, os jesuítas foram banidos, no século 18, pelo Marquês de Pombal, que concebeu um modelo curricular diverso daquele instituído pela Companhia de Jesus, estabelecendo o ensino laico no lugar daquele eclesiástico. Mas, com a saída dos jesuítas, mesmo diante do

Apenas a título de exemplo, consignamos as seguintes expressões, aleatoriamente: forum, iuris tantum, iuris et de iure, res furtiva, propter rem, ab intestato, citra petita, ultra petita, extra petita, bis in idem, pro rata die, in albis, in dubio pro reo, animus necandi, animus furandi, animus laedendi, ius soli, ius sanguinis, reformatio in pejus, reformatio in melius, res derelicta, res nullius, a quo, ad quem, pacta sunt servanda, conditio sine qua non, in re ipsa, in limine, dominus litis, custos legis, in dubio pro societate, ex officio, rebus sic stantibus, ex tunc, ex nunc, entre outras.

Não se pode deixar de mencionar as ações constitucionais: Habeas Corpus e Habeas Data.

intento de Pombal, quem assumiu a docência foram outras congregações religiosas – beneditinas e franciscanas.

Em 1808, a família real portuguesa chega ao Brasil, vindo a ser alterados os currículos escolares, com a exclusão do Latim e a adoção do ensino das línguas então correntes, como o Inglês e o Francês, sendo o Latim restrito aos estudos clássicos para quem desejava estudar as matérias de Humanidades em sede de ensino superior.

No ano de 1942, pelo Decreto-Lei nº. 4.244, de 9 de abril, a chamada “Reforma Capanema” – assim denominada em alusão ao Ministro da Saúde e Educação da época, o mineiro, de Pitangui, Gustavo Capanema – instituiu o ensino do Latim em todas as séries do curso ginasial; porém, em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), número 4.024, excluiu a língua latina dos currículos, ficando adstrita sua obrigatoriedade a partir da elaboração dos “currículos mínimos”, em 1962, para os cursos de ensino superior. E assim vigorou até 1996, quando a LDB 9.394/96 flexibilizou a composição curricular dos cursos superiores, sem obrigatoriedade da inclusão do Latim, o qual ainda se faz presente em boa parte dos cursos de Letras e em alguns de História e de Filosofia.

Observa-se, no entanto, o crescimento do debate acerca da importância da retomada do estudo do Latim como forma de se democratizar o seu ensino, disponibilizando, a um número maior de pessoas, conhecimento dos fundamentos da cultura ocidental, construção de referências de cultura acerca da história, da conscientização dos sujeitos e da própria construção de um posicionamento para o futuro em conjunto com todas as demais disciplinas. Isso prova que, ao contrário do que muito já se pregou, o Latim é uma língua útil!

Grandes professores

Nesse compasso, não há como deixar de homenagear dois grandes professores da Língua Latina no Brasil e o muito que fizeram por ela – e por nós! Padre João Ravizza, nascido em 29.09.1885 e falecido em 1941, e Paulo Rónai (o húngaro que se tornou, no Brasil, um grande escritor em Português).

O padre João Ravizza foi sempre um dedicado latinista, autor de uma importante gramática: *A morfologia latina*. Esta obra, na décima quarta edição, chegou a 86.000 exemplares. A Morfologia do padre Ravizza tinha, além dos exercícios de Português para Latim, também exercícios do Latim para Português, apresentando, inclusive, contos e lendas latinas, bem como versões e temas em um dicionário nas últimas páginas. Era um professor que sempre estava escrevendo obras didáticas para os alunos em latim. Ao falecer com apenas 56 anos, no Liceu Nossa Senhora, em Campinas/SP, foi lembrado com saudade. Um importante jornal, ao notificar a morte de Ravizza, o declarou como o mais notável latinista da América do Sul.

Paulo Rónai, o grande escritor que amou o Latim, nasceu em Budapeste, capital da Hungria, em 1907, e faleceu no Rio de Janeiro, precisamente em Nova Friburgo, no dia 01º de dezembro de 1992. Rónai enveredou-se por três caminhos: ensino, tradução e ensaio literário. Imaginem que com apenas 19 anos de idade publicou traduções de prefácios de clássicos latinos! O livro *Não perca o seu Latim*, para mim, é uma das obras latinas mais importantes. Este livro, que tem o estudo de mais de 1.500 palavras, muitas com explicações dentro de opiniões, frases, pensamentos históricos, é uma beleza! E ainda, da página 187 em diante, há uma ótima Gramática Latina.

Por derradeiro, destaca-se o manual *Ars Latina – Curso Prático*

da Língua Latina, elaborado pelos professores Dr. Fr. Damião Berge, Dr. Fr. Ludovico M. Gomes de Castro e Frei Reinaldo Muller, todos da Ordem dos Frades Menores (franciscanos), cuja nova edição foi reformulada e atualizada por Amós Coêlho da Silva, professor associado de Língua Latina na Graduação e Pós Lato Sensu Uerj, e por Aírto Ceolin Montagner, professor adjunto de Língua Latina na Graduação UFRRJ e na *Pós Lato Sensu* Uerj. Publicado em 1970, pela Editora Vozes, de Petrópolis, e com sua quarta reimpressão em 2017, conta, nesta, com Prefácio de ninguém menos que o professor e imortal Evanildo Bechara. Trata-se de um curso completo de Língua Latina, contendo noções básicas não só do Latim Clássico como do Medieval e Eclesiástico. Reúne regras e exercícios, bem como uma coletânea de textos acessíveis de autores famosos da Antiguidade Clássica e de provérbios latinos. Um verdadeiro primor!

Enfim, por tudo o que, singelamente, foi colacionado aqui, deixa-se o manifesto em favor daquela que pode ser considerada a nossa “língua mãe”, a fonte de conhecimento da História Ocidental, a verve implantada na origem da nossa comunicação, no “DNA” dos nossos signos e significados: o Latim.

Que o Latim não seja disciplina exclusiva para poucos, mas, na medida do possível, volte a ser acessível. Que seja visto e reconsiderado como importantíssimo instrumento que nos auxilia a nos situar no tempo, no espaço, na cultura, no saber, no pensar, no confrontar e, por conseguinte, na verdadeira mudança de paradigmas que se almeja empreender na qualidade da formação do ser humano.

Encerro o presente texto enaltecendo as palavras e a mensagem de Paulo Rónai, por ele escolhidas para intitular sua obra-prima: Não perca o seu Latim!

Referências bibliográficas

- COÊLHO DA SILVA, AMÓS. E outros. *Ars Latina*, Edição 2017, Editora Vozes.
- RAVIZZA, P. João. *A Morfologia Latina*, 10ª edição, 1959, Ed. Escola Industrial Dom Bosco.
- SIDOU, J. M. Othon. *Dicionário Jurídico*. Academia Brasileira de Letras Jurídicas, 11ª edição, 2016. Ed. Forense.
- RÓNAI, Paulo. *Não Perca o Seu Latim*. Edição 1980. Ed. Nova Fronteira.
- CORDEIRO, Iana Lima. LEITE, Leni Ribeiro. *O Latim como ferramenta de expansão do vocabulário do português*. In: CODEX – Revista de Estudos Clássicos, ISSN 2176-1779, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 2, jul-dez., 2017, PP. 29-48. Disponível em < <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6234931.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2019.



Aquela noite

José Fernandes Filho

Desembargador do TJMG, aposentado

Rico de sensibilidade e afeição, o apelo, recorrente, soava conclusivo à aproximação da data. Justa, dizia-se, homenagem merecida a quem já caminhará ao sol e à chuva. Irrecusável, pois, a despeito da resistência do destinatário.

Convocação também de outros, mas principalmente dela, vida em todas as fases da vida. Sussurros, cochichos, telefonemas em voz baixa, amorosa cumplicidade. Envolvimento total, entrega completa, entusiasmo sem limites – sonho antigo, realidade próxima.

Outubro desvenda o mistério: festa para quem chegou aos oitenta! Jantar de quatrocentos talheres, local escolhido com rigor cartesiano, cardápio várias vezes revisto, orquestra só de violinos, ornamentação de especialista, tudo medida do coração – ele à altura da ousadia.

Luzes e aplausos, sorrisos e polegares para cima, filmadoras indiscretas, Bachianas de Villa-Lobos, ei-los a desfilar pelo amplo salão. Realizada, ela; assustado com o que via e sentia, ele.

Chegam finalmente à mesa principal, preparada para o casal setenta -oitenta. Fila de cumprimentos a não acabar. Tapas nas costas, apertos de mãos de trincar os ossos, abraços quentes de irmãos não biológicos e de parentes docemente encanecidos. Lágrimas, algumas, a buscar discrição. Alegria pura, a dispensar plurais.

Amigos, de perto e de longe, gente de outros Estados, solidários colegas da Magistratura. Os confidentes, partilha a caber na palma da mão, cabelos grisalhos. Numerosos conhecidos, da infância saudosa e da velhice anunciada, espremidos no espaço agora pequeno. Ativos bajuladores, risonhos cortejadores do poder, assíduos frequentadores de jantares; poucos, felizmente, ávidos a cumprimentarem o homenageado; ele, néscio, a agradecer! Baile da fantasia? Graduados em malabarismos, a driblar obstáculos, garçons sujeitos a capricho cruel: bandeja cheia de copos e garrafas na mão espalmada; a outra, envergonhada, escondida nas costas.

Meia-noite. Silêncio pedido e concedido. Modestos, de terno branco – mais anjos do que homens – os violinistas se aproximam do octogenário e tocam o conhecido “parabéns para você”. Aplausos, pessoas em pé, palmas, muitas, só para o aniversariante, esquecidos os criadores do momento mágico, inclusive os músicos.

Hora dos discursos, para tristeza de alguns, compulsivos comilões. Em primeiro lugar, alguém à frente de seu tempo, sincero, corajoso, veraz, incompreendido, demolidor de dogmas – eis a acusação. Transbordar sua angústia, dentro e fora da Igreja, compromisso que jamais negou. Em seguida, um dos confidentes. Inquiridor, pedagógico, mestre de gerações. Ambos aplaudidos.

Poupada a festeira, é hora do homenageado. Emoção esparramada, gagueja, busca o prumo. Chega ao fim, aliviado, ao risco de novo infarto.

De cordas que cantam e murmuram, os músicos aproximam-se das mesas, homenageando os convidados. Espetáculo de sóbria beleza, à idade dos violinistas, quase todos de cabelos brancos.

Assim foi aquela noite, por todos os títulos inesquecível. De ternura e bênçãos. Celebração de humanos. Quase oração.

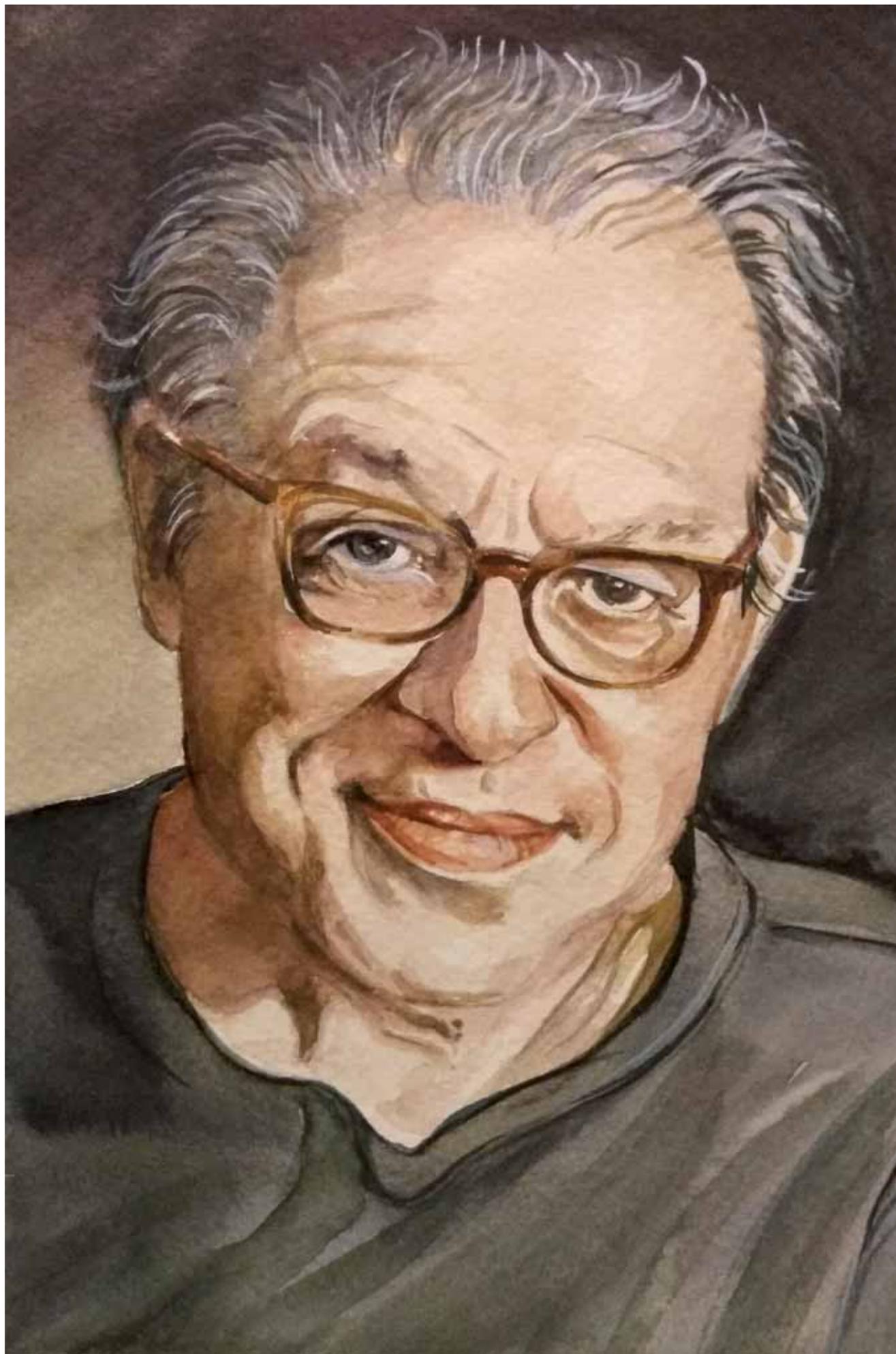
Perdão, assim não foi aquela noite, inspiração de escriba desocupado. Beneditina, de sonhos e acalantos, ao jantar renunciou sua idealizadora. Renúncia heroica, mas consentida. Ato de gente grande, capaz de ver além das aparências. Pacificada, ao aniversariante prestou homenagem maior.

Tomado de surpresa e espanto, ou de pesar (potencial convidado?), o leitor perdoará o autor? Lembre-se ele: o exercício do perdão faz bem à alma.

De luzes e amplo salão, para eles não virtual, aquela noite permaneceu na retina dos filhos. Orgulhosos, dela falaram aos descendentes. Contada e recortada, de boca em boca, virou realidade. Coisas de tradição oral.

Poderia haver melhor aniversário?

“Tomado de surpresa e espanto, ou de pesar (potencial convidado?), o leitor perdoará o autor? Lembre-se ele: o exercício do perdão faz bem à alma.”



Mineiro, carioca e bossa nova

Rogério Medeiros Garcia de Lima
Desembargador do TJMG

Era o final da tarde de uma quarta-feira, 29 de março de 2017. Eu fazia a peregrinação semanal ao meu “santuário” no centro de Belo Horizonte: o Edifício Arcangelo Maletta, onde possuo uma sala em que guardo, na mais irremissível desordem, alguns milhares de livros.

Antes de subir à minha caótica biblioteca, pescava pacientemente livros usados nos sebos da sobreloja do edifício. Em um deles, deparei-me com um senhor robusto, estatura mediana, rosto cheio, grandes óculos de grau, cabelos um pouco revoltos, camisa pólo preta e calça jeans.

Achei que era uma miragem, mas arrisquei:

– Ruy Castro?

– O próprio.

Apresentei-me ao mais carioca dos mineiros, nascido em Caratinga e há anos radicado no **Rio de Janeiro**. Revelei-me seu fã e conversamos brevemente.

Naquele dia, ele proferiu palestra em uma faculdade de jornalismo da capital mineira, passara nos sebos para garimpar raridades e ainda pegaria o avião para o Rio, no início da noite.

Falamos de sebos e de Caratinga, onde fui promotor de justiça (1988-1989). Finalmente, Castro riu quando eu disse que ele era meu álibi diante das admoestações pelo “crime” de não usar telefone celular:

– *Havia só três pessoas no mundo que não usavam celular: o filósofo italiano Umberto Eco, Ruy Castro e eu. Com a morte de Eco, em 2016, restamos nós dois...*

Despedimo-nos.

Ganhei o dia ao encontrar um ídolo.

Ali mesmo decidi escrever para a *MagisCultura*, de modo inédito, sobre um grande personagem ainda vivo.

Paixão pelos sebos

Sou assíduo frequentador de sebos, em Belo Horizonte e qualquer outra cidade – no Brasil e mundo afora – que eventualmente visite.

Nesses relicários, exerço a mineiríssima vocação da garimpagem. Trabalho pacientemente com a “bateia” (as mãos e os olhos), em busca da alegria indescritível de encontrar a “pedra preciosa” (um livro apetecível e, se possível, raro).

Demanda tempo sacar livros poeirentos das estantes e os folhear detidamente. Numa manhã inteira, pode-se garimpar um, dois ou três livros antigos. Às vezes, nenhum. Sem jamais experimentar remorso pelo tempo despendido.

Ruy Castro é outro aficionado por livrarias de segunda mão:

“*Há um famoso sebo em Nova York, o Strand, na esquina de Broadway e Rua 12, que se anuncia como tendo ‘18 milhas de livros’ – 28,96km de prateleiras, do chão ao teto. Quando entrei nele pela primeira vez, em 1972, disse para mim mesmo a frase que nunca abandonei: ‘Quando morrer, não quero ir para o céu. Quero vir a este sebo’. Com os anos, adaptei-me a muitos outros sebos, principalmente brasileiros, até que acabei por generalizar: não quero ir para este ou aquele sebo, mas para os sebos – todos!*”

“*(...) Tenho amigos que não lêem e não frequentam livrarias. (...) Posso muito bem entendê-los porque também não tenho o menor interesse por automóveis, pela alta cozinha ou pelo mundo digital – nunca dirigi um carro, acho que qualquer prato melhora com um ovo frito por cima e, quando me mostram alguma coisa num smartphone, vou de dedão sem querer e mando a imagem para o espaço. Nada disso me faz falta, assim como o livro e a livraria a eles.*”

“*No entanto, quando entro numa livraria, pergunto-me que outro lugar pode ser tão fascinante. São milhares de livros à vista, cada qual com um título, um design, uma personalidade. São romances, biografias, ensaios, poesia, livros de história, de fotos, de autoria, infantis, o que você quiser. O que se despendeu de esforço intelectual para produzi-los e em tal variedade é impossível de quantificar. Cada livro, bom ou mau, medíocre ou brilhante, exigiu o melhor que cada autor conseguiu dar.*”

“*Uma livraria é um lugar de congraçamento. Todos ali somos irmãos na busca de algum tipo de conhecimento. E, como este é infinito, não nos faltarão irmãos para congraçar. Aliás, quanto mais se aprende, mais se vai às livrarias.*”

“*Lá dentro, ninguém nos obriga a comprar um livro. Mas os livros parecem saber quem somos e, inevitavelmente, um deles salta da pilha para as nossas mãos.*”²

O escritor espanhol Carlos Ruiz Zafón, com a sua indefectível verve ficcional, discorre sobre o “*Cemitério dos Livros Esquecidos*”:

“*Há quem prefira acreditar que é o livro que escolhe a pessoa... o destino, por assim dizer. O que está vendo aqui é a soma de séculos de livros perdidos e esquecidos, livros que estavam condenados a ser destruídos e silenciados para sempre, livros que preservam a memória e a alma de tempos e prodígios que ninguém mais lembra. (...)*”

¹ *No céu, entre livros*, Folha de S. Paulo, 15.01.2018.

² *Irmãos em livros*, Folha de S. Paulo, 07.12.2018.

“Esse lugar é um mistério. Um santuário. Cada livro, cada volume que está vendo aqui, tem alma.”

*“Esse lugar é um mistério. Um santuário. Cada livro, cada volume que está vendo aqui, tem alma. A alma de quem o escreveu e a alma daqueles que o leram e viveram e sonharam com ele. Cada vez que um livro troca de mãos, cada vez que alguém desliza os olhos por suas páginas, seu espírito cresce e se fortalece. Neste lugar, os livros que ninguém mais lembra, os livros que se perderam no tempo, vivem para sempre, esperando o dia em que chegarão às mãos de um novo leitor, de um novo espírito...”*³

Meu amigo Eros Roberto Grau, conhecido jurista e escritor nas horas vagas e vice-versa, também frequenta sebos em São Paulo e Paris e descreveu a felicidade de encontrar uma raridade:

*“Esse exemplar em minhas mãos agora é a prova de que não encontramos os livros. Eles é que nos procuram e, algumas vezes, nos encontram...”*⁴

Sem celular

- Eu não suporto mais ser interrogado:
- Qual o número do seu celular?
 - Eu não uso celular.
 - Não é possível!!! Como pode viver sem celular???
 - Vivo muito bem, com a graça de Deus.

Umberto Eco, que era um crítico das redes sociais, por achar que por meio delas “o imbecil passa a opinar a respeito de temas que não entende”⁵, também não aderiu ao celular. Depois de ser atropelado na rua por uma mulher que não o viu porque estava concentrada em uma conversa ao celular, ele vaticinou: “[...] eu acho que usuários compulsivos de celulares deveriam ser estrangulados ao nascer”⁶.

Ruy Castro igualmente despreza esses aparelhinhos escravizantes:

“O celular nunca me fez falta – e continua não fazendo. Para me comunicar, vivo hoje mais ou menos como em 1990, quando o trego ainda não existia e nem se pensava no assunto.

“Ninguém deixa de falar comigo por falta de telefone. Se estou em casa, atendo àquele aparelho que hoje chamam, com desprezo, de ‘fixo’. Se tiver de sair, faço as ligações de que preciso e vou alegremente para a rua. Se alguém me telefonar enquanto eu estiver fora, paciência – se for importante, ligará de novo.

*“Por que não uso celular? Porque, com suas 1.001 utilidades, tipo Bombril, ele é capaz de me escravizar. O único jeito é manter-me à distância – até o dia em que, com ou sem ele, provavelmente ficarei inviável de vez.”*⁷

E critica sua excessiva utilização em público, como ocorre atualmente nas viagens aéreas:

“Antes de sair do solo, você já ficará sabendo tudo sobre as maquinações financeiras do seu vizinho à direita, o estado de saúde do caçula da passageira à esquerda (com o resultado do exame de fezes que o guri acabou de fazer) e, vindo não se sabe de onde no avião, o rescaldo de uma reunião de condomínio em que se discutirão as condições dos barbarás e das caixas de gordura de um edifício em Jurujuba ou no Itaim Bibi.

*“Não há mais separação entre o público e o privado – é tudo um grande ‘Big Brother’. Tornamo-nos cúmplices dos aspectos mais íntimos da vida alheia, porque, em qualquer lugar, as pessoas falam aos celulares como se estivessem na cozinha de suas casas. E de que me interessa saber que uma decepcionada Maricotinha não poderá participar do torneio de natação do colégio por estar menstruada?”*⁸

Cronista dos melhores

Ruy Castro, na minha opinião, é o melhor cronista em atividade na imprensa brasileira. Está no nível de Carlos Heitor Cony, Otto Lara Resende e Rubem Braga.

Ensina que o bom cronista vive atento à realidade circundante e toma notas constantemente:

“Anoto coisas em caderninhos que sempre levo comigo quando saio à rua. Podem ser ideias de assunto para esta coluna ou observações para algum livro em que eu esteja trabalhando. Faço isto com uma caneta Bic preta, objeto que me acompanha há décadas e ao qual devo boa parte da minha produção – muitos textos nascem dela e é com ela que os reescrevo depois de perpetrados no computador e impressos. Até aí, tudo bem. O problema é ser visto anotando coisas em caderninhos numa via pública.

“Até há pouco, não havia nada de mais em ser visto escrevendo à mão na rua. Mas agora há.

“Tenho reparado que, ao me verem encostado num poste ou sentado num hidrante, e garatujando num bloco ou caderneta com aquele estranho objeto cilíndrico, as pessoas me olham diferente.

³ Carlos Ruiz Zafón, *O jogo do anjo*, p. 129, 505 e 506.

⁴ Eros Roberto Grau, *Paris, quartier Saint-Germain-des-Prés*, p. 101.

⁵ Umberto Eco, *A conspiração dos imbecis*.

⁶ Umberto Eco, *O celular e a rainha má*.

⁷ *Utilidades demais*, Folha de S. Paulo, 31.07.2017.

⁸ *Chacrinha a bordo*, Folha de S. Paulo, 09.04.2008.

Devem pensar que sou um pesquisador do Ibope, um leitor do relógio de eletricidade dos prédios ou mesmo um apontador de jogo do bicho.

“Ninguém mais escreve à mão na rua e cada vez menos em casa. Pode se tornar uma arte perdida. Mas, se um dia deixarem de existir caneta e cadernetinhas nas papelerias, já me precavi – estou estocado para os próximos anos”.⁹

Além dos excelentes textos sobre sebos e telefones celulares já citados, selecionei trechos de outras crônicas marcantes de Ruy Castro.

Da crônica *Na areia*:

“Namorar na praia era quase um ménage a trois entre o rapaz, a moça e a areia. (...)

“O mar é tremendamente excitante, e mais ainda à noite, quando o sol e o iodo parecem penetrar por cada poro. O marulho compõe uma trilha sonora morna e úmida e ouvem-se rugidos a distância, vindos das profundezas. Ou sendo produzidos por nós mesmos ou pelos estranhos animais marinhos que nos invadem nesses momentos”.¹⁰

Foi vendido um apartamento em Ipanema, badalado bairro da zona sul do Rio de Janeiro. Pertencera a um intelectual morto em 2012. As obras de reforma foram iniciadas pelo novo dono. Então aconteceram fenômenos estranhos:

“Como se o antigo proprietário ainda estivesse por ali, inconformado por ter morrido e surpreso por constatar que, ao contrário do que sempre acreditara em vida, parecia existir, sim, um ‘outro mundo’.

“Que fenômenos? Eram objetos deixados pelos operários num lugar e que reapareciam em outro, vasos sanitários que davam descarga por conta própria e lâmpadas que se acendiam e se apagavam seguindo um coreografia. E os suspiros, gemidos e pigarros, que se podiam identificar como sendo do falecido morador. (...)

“Até hoje omiti seu nome, mas fui finalmente autorizado a revelá-lo: Millôr Fernandes. Não acredito nessas coisas, mas, se Millôr voltar, você pode me aguardar, de barba, cajado e túnica, pelas ruas do Rio”.¹¹

Sobre personalidades brasileiras que viveram no exterior:

“(...) Nos anos 70, por todos aqueles motivos, eu próprio caí fora e também para Portugal.

“(...) Tom Jobim, que passou 1963 e 1964 em Nova York e Los Angeles, não suportava mais comer batata, até descobrir que, se fizesse amizade com os cozinheiros dos restaurantes, todos portorriquenhos, eles lhe serviriam por fora o arroz que cozinhavam para eles. Ary Barroso, em 1942, foi convidado a ficar em Hollywood, onde o tinham chamado por causa de ‘Aquarela do Brasil’. Mas recusou: ‘Aqui não tem Flamengo’. E o poeta e diplomata Ribeiro Couto, louco de saudades do Brasil, só sossegou em 1949, quando lhe levaram em Belgrado, onde servia, o disco de ‘Chiquita Bacana’, com Emilinha Borba, e uma compota de bacuri. Ele escutava o disco comendo o doce, tendo espasmos de gozo.

⁹ Futura arte perdida, Folha de S. Paulo, 19.11.2018.

¹⁰ Ruy Castro, *Morrer de prazer: crônicas da vida por um fio*, p. 23-24.

¹¹ A volta de quem não foi, Folha de S. Paulo, 20.04.2018.

“Eu só pensava no sanduíche de salada de ovo do Bob’s. De férias no Brasil, fui correndo ao Bob’s, mas ele parara de fabricá-lo.

“O Brasil é assim. Você lhe dá uma chance e ele te faz uma falseta”.¹²

Lamenta as atribuições do músico João Gilberto na velhice:

“Em sua obsessão pelo controle, João Gilberto tinha como ambição apenas parar o mundo para exercer sua arte. Diante do microfone, conseguiu.

“Fora do palco, foi o contrário – nunca teve controle sobre sua vida. Habitou-se a delegá-la a outros, na esperança de que ela mantivesse distância de seu apartamento, de seu quarto e de seu pijama. Mas a vida escreve seus próprios arranjos e, pior, às vezes desafina feio”.¹³

Biógrafo consagrado

Ruy Castro é consagrado autor de biografias. Entre outras, escreveu *“O Anjo Pornográfico – A Vida de Nelson Rodrigues”* (1992), *“Estrela Solitária – Um Brasileiro Chamado Garrincha”* (1995) e *“Carmen: uma biografia”* (livro sobre Carmen Miranda, vencedor do prêmio Jabuti em 2006).

A melhor, para mim, é a biografia de Nelson Rodrigues. Admiro muito o jornalista e dramaturgo biografado. Teve a coragem de ser conservador, numa época em que era chic ser de esquerda no Brasil – anos 1960/1970.

É clássica a crítica que Nelson fazia aos copy-desks de jornais brasileiros, ainda muito atual para cientistas sociais, jornalistas e juristas em atividade no País:

“A busca da ‘objetividade’ significava a eliminação de qualquer bijuteria verbal, de qualquer supérfluo, entre os quais os pontos de exclamação das manchetes – como se o jornal não tivesse nada a ver com a notícia. Suponha que o mundo acabasse. O ‘Diário Carioca’ teria de dar essa manchete sem um mínimo de paixão. Nelson, apaixonado como uma viúva italiana, achava aquilo um empobrecimento da notícia e passou a considerar os ‘copy-desks’ os ‘idiotas da objetividade’.

“Se o ‘copy-desk’ já existisse naquele tempo’, dizia, ‘os Dez Mandamentos teriam sido reduzidos a cinco’”.¹⁴

“Mas a vida escreve
seus próprios
arranjos e, pior, às
vezes desafina feio.”

¹² Saudades do Brasil, Folha de S. Paulo, 10.12.2018.

¹³ A vida desafina, Folha de S. Paulo, 22.11.2017.

¹⁴ Ruy Castro, *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*, p. 231

Não é fácil a faina de biografar personalidades, segundo Ruy:

“Reúno tantos recortes e anotações que, em certos momentos, eles parecem fugir ao controle e reproduzir-se como amebas.”¹⁵

Sobre a diferença entre fazer biografias e crônicas, assinalou:

“Na biografia, tenho que ser o mais objetivo, imparcial e impessoal possível. Estou tratando de fatos e pessoas que não me pertencem. Na crônica, não só posso como tenho obrigação de ser subjetivo, parcial e pessoal.”¹⁶

E acrescentou:

“Os seres humanos, assim como os LPs, têm lados A e B, façam um esforço máximo para que ambos sejam mostrados.”¹⁷

“O biografado vivo não é confiável. Às vezes, depois de uma vida unanimemente admirada e narrada numa grande biografia, ele comete algo discutível ou polêmico – e, com isso, mela o livro.”¹⁸

Ruy Castro sofreu o dissabor da condenação da sua editora – Companhia das Letras – a indenizar herdeiros de Mané Garrincha, sob alegação de não terem autorizado a publicação da obra sobre a vida do jogador de futebol.¹⁹

É um incansável guerreiro contra a censura. Vibrou quando o Supremo Tribunal Federal – por unanimidade – declarou inexistente a autorização prévia para a publicação de biografias²⁰:

“Do voto de Cármen Lúcia para cá, nenhum autor é obrigado mais a pedir a autorização de ninguém para biografar quem quer que seja e, se o biografado ou sua família não gostar do resultado, que processe o autor e tire-lhe as calças – mas o livro não poderá ser proibido de circular.”²¹

Bossa Nova

Em 1991, Ruy Castro lançou o livro *“Chega de saudade: a história e as histórias da Bossa Nova”*.

O jornalista e escritor Joaquim Ferreira dos Santos considera que o brasileiro nunca foi tão feliz como em 1958:

“Tudo deu certo – da conquista da Copa do Mundo, na Suécia, ao lançamento do primeiro disco da Bossa Nova. (...)”

“Foi o melhor ano de nossas vidas neste século que está por terminar. Brasília mostrava as colunas do Alvorada (...). Havia (...) democracia e estabilidade política. (...)”

“As músicas da Bossa Nova iam nesse caminho: muito vermelho sobre o vermelho, muita cor escondendo os problemas e muitos amores ardorosamente bem correspondidos no caminho”

“O biografado vivo não é confiável. Às vezes, depois de uma vida unanimemente admirada e narrada numa grande biografia, ele comete algo discutível ou polêmico – e, com isso, mela o livro.”

¹⁵ Ruy Castro, *Ela é carioca: uma enciclopédia de Ipanema*, p. 420.

¹⁶ *O Globo*, 30.06.2018, *Segundo Caderno*.

¹⁷ Ruy Castro, *Chega de saudade: a história e as histórias da Bossa Nova*, p. 15.

¹⁸ *O biografado perfeito*, Folha de S. Paulo, 28.03.2016.

¹⁹ *Revista Consultor Jurídico*, 17.02.2006.

²⁰ *Notícias do STF*, 10.06.2015.

²¹ *Cala a boca já morreu*, Folha de S. Paulo, 17.11.2017.

do mar. Finalmente a música brasileira produzia canções inspiradas em sol, sal, sul... e sexo sem sofrimento”²².

Para Ronaldo Bôscoli, “filosoficamente, Bossa Nova era um estado de espírito”. E discorreu Ruy Castro:

“(O invejoso compositor de baiões Humberto Teixeira) não foi o primeiro a implicar com o movimento. Antônio Maria soltou os cachorros na frente, mas teve suas razões para isto. Em todas as entrevistas a que eram solicitados – e, nos primeiros tempos, isto parecia acontecer de quinze em quinze minutos –, (Ronaldo) Bôscoli, (Roberto) Menescal, (Carlinhos) Lyra e o próprio Tom (Jobim) acusavam a música ‘do passado’ de ser macambúzia, sorumbática e mediatubunda, além de francamente derrotista. Para eles, a Bossa Nova vinha nos libertar do ‘Não, eu não posso lembrar que te ame!’ (‘Caminheemos’, de Helvécio Martins) com a afirmação máscula e decidida do Vinícius (de Moraes) em ‘Eu SEI que vou te amar / Por toda a minha vida eu VOU te amar’. O exemplo a não ser seguido, e que eles adoravam lembrar, era o inevitável ‘Ninguém me ama / Ninguém me quer’, de Antônio Maria. (...)”

“A expressão (‘Bossa Nova’) passou a designar tudo que fosse diferente e, mesmo que não fosse, que comportasse uma interpretação nova. (...) A UDN, um partido político que vivia tentando eleger militares, ganhou uma bancada moderadamente renovadora (da qual fazia parte, Deus a perdoe, o deputado José Sarney) – e esta era a ‘Bossa Nova da UDN’. (...) A Brastemp criou a sua geladeira ‘Príncipe Bossa Nova’, que era ‘maior por dentro e menor por fora’. (...) Rádios, vitrolas, enceradeiras, aparelhos de barbear e demais cacarecos que começavam a ser produzidos no Brasil, novos estilos de sapatos, gravatas e até edifícios, eram lançados sob a chancela de ‘Bossa Nova’. Tudo isto vinha apenas na onda de modernização que atingia o Brasil em 1960, e tinha tanto a ver com a música que lhe dera o nome quanto ‘Pistoleiro Bossa Nova’, uma chanchada com Aníto e Grande Otelo parecia-se com os novos filmes brasileiros que estavam sendo feitos no Rio e na Bahia. Ou seja, nem um pouco”.²³

Até o presidente da República era Bossa Nova:

“Juscelino Kubitschek é uma das figuras de presidente mais simpáticas da história do Brasil. Nos projetos arrojados, nas atitudes ousadas, na maneira de ser despojada e jovial, ele é a encarnação do Brasil moderno. Tão identificado com o Brasil de seu tempo que foi irmanado na música popular por Juca Chaves, ao ritmo em moda na época: a bossa nova”.²⁴

1968 e contracultura

Ruy Castro tinha vinte anos em 1968, ano de agitação política nos Estados Unidos, França, Brasil e outros países. Era a época da “contracultura”.

Em maio daquele ano, jovens universitários de Paris se rebelaram. Eram influenciados pelo poeta Allen Ginsberg; por Allan Watts (divulgador do “zen”); pelo “marxismo-freudismo” de

“Filosoficamente,
Bossa Nova era um
estado de espírito.”

²² Joaquim Ferreira dos Santos, *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*, apresentação e págs. 10, 12, 15, 125 e 126.

²³ Ruy Castro, *Chega de saudade: a história e as histórias da Bossa Nova*, págs. 237, 240 e 280.

²⁴ Isabel Lustosa, *Histórias de presidentes: a República no Catete*, p. 225.

Herbert Marcuse, Norman Brown e Wilhelm Reich; e pela cultura das drogas e da música pop, de Bob Dylan:

“Daí essa mixórdia inimitável de ácido lisérgico, religião, política e erotismo, que encontramos na imprensa dissidente e de esquerda. (...)”

“Timothy Leary, profeta visionário das drogas, foi absolvido, em 1966, de uma acusação por ingestão de narcóticos, já que ela configurava uma ‘violação da liberdade religiosa.’”

“Diante dessa cultura eclética, que se desvia das regras estabelecidas, Theodore Roszak é, ao mesmo tempo, crítico e firme apoiador.”

*“Constata que, em muitos pontos, ela oferece uma ideologia de ‘ralé’ – em especial a ‘cultura das drogas’ –, um pout-pourri onde o misticismo sensual de Kama Sutra serve para fazer sanduíches com as páginas do **Manifesto Comunista**.”²⁵*

Por ocasião da morte de Theodore Roszak – professor norte-americano especialista em *contracultura* – Ruy Castro escrevia:

“Era um historiador, um observador social, um pensador multidisciplinar. Mas só será lembrado por seu livro de 1968, ‘A Contracultura’, em que cunhou a expressão e tentou dar um sentido a tudo que envolvia a juventude naquela época.”

“O que não era pouco. De repente, milhões de rapazes e moças em toda parte se levantaram contra o ‘sistema’ – leia-se o governo, os políticos, a Guerra do Vietnã, as ditaduras militares, os professores, a autoridade em geral, a moral estabelecida, a sociedade de consumo, a arte ‘bem-feita’, o barbeiro do bairro, os maiores de 30 anos ou, à falta de melhor, papai e mamãe. Mas não significava que todos protestassem contra as mesmas coisas.”²⁶

No Brasil, segundo Zuenir Ventura, os agitadores eram jovens que deixaram “o cabelo e a imaginação crescerem”:

*“Eles amavam os Beatles e os Rolling Stones, protestavam ao som de Caetano, Chico ou Vandrê, viam Glauber e Godard, andavam com a alma incendiada de paixão revolucionária e não perdoavam os pais – reais e ideológicos – por não terem evitado o golpe militar de 64. era uma juventude que se acreditava política e achava que tudo devia se submeter ao **político**: o amor, o sexo, a cultura, o comportamento” (negrito no original).²⁷*

²⁵ Jean-François Revel, *Las ideas de nuestro tiempo*, p. 40-41, tradução livre.

²⁶ *Contra papai e mamãe*, Folha de S. Paulo, 18.07.2011

²⁷ Zuenir Ventura, 1968: *O ano que não terminou*, p. 15.

“Quando se trata de discutir a liberação das drogas no país, há uma constante: os médicos são contra; os advogados, a maioria dos políticos, os sociólogos e os amadores, a favor.”

Nesse contexto, é importante destacar a imensa coragem de Ruy Castro ao assumir a sua dependência alcoólica²⁸. E de se posicionar contra a liberação das drogas:

“Quando se trata de discutir a liberação das drogas no país, há uma constante: os médicos são contra; os advogados, a maioria dos políticos, os sociólogos e os amadores, a favor. No caso destes, um dos argumentos é o de que o Estado não pode proibir o cidadão de ingerir o que for ou de fazer o que quiser com o próprio corpo. Bem, se é assim, vamos revogar a lei seca, que proíbe o cidadão de beber e dirigir. (...)”

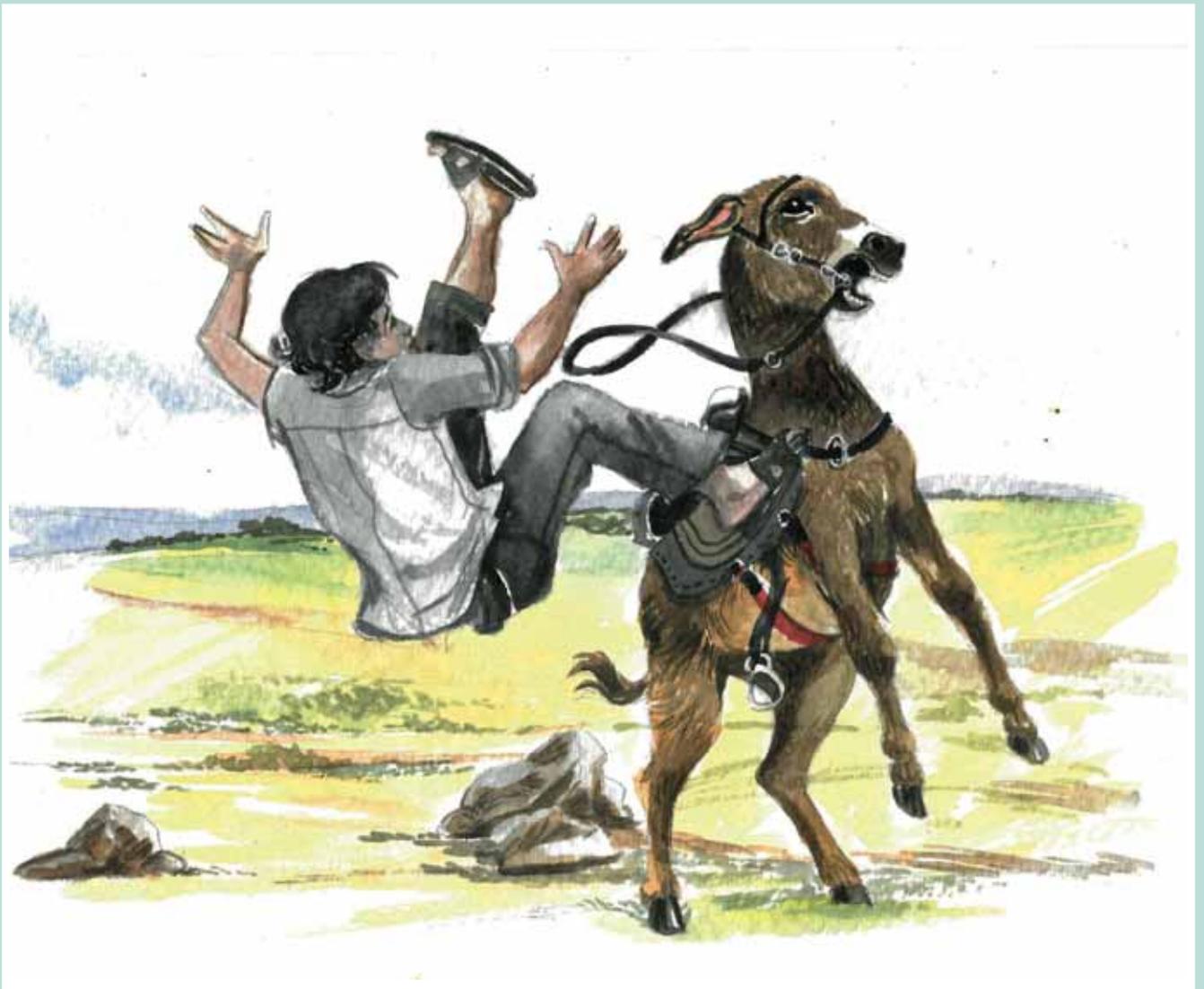
“O cidadão não pode ser proibido de usar drogas, mesmo que não tenha meios de sustentar seu consumo e, para isso, depois de tomar todo o dinheiro dos pais, passe a vender tudo de valor da família – joias, eletroeletrônicos, prataria, louça, objetos de decoração, roupas e até painéis – para aplacar a ira do traficante”²⁹.

²⁸ *Há 25 anos*, Folha de S. Paulo, 25.01.2013.

²⁹ *Proibido proibir*, Folha de São Paulo, 07.06.2013.

Referências bibliográficas

- CASTRO, Ruy. *A vida desafina*, jornal Folha de S. Paulo, 22.11.2017, p. A-2.
- _____. *A volta de quem não foi*, jornal Folha de São Paulo, 20.04.2018, p. A-2.
- _____. *Cala a boca já morreu*, jornal Folha de S. Paulo, 17.11.2017, p. A-2.
- _____. *Chacrinha a bordo*, jornal Folha de S. Paulo, 09.04.2008, p. A-2.
- _____. *Chega de saudade: a história e as histórias da Bossa Nova*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. *Contra papai e mamãe*, jornal Folha de São Paulo, 18.07.2011, p. A-2.
- _____. *Ela é carioca: uma enciclopédia de Ipanema*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. Entrevista ao jornal O Globo, Rio de Janeiro, edição de 30.06.2018, Segundo Caderno.
- _____. *Futura arte perdida*, jornal Folha de S. Paulo, 19.11.2018, p. A-2.
- _____. *Há 25 anos*, jornal Folha de São Paulo, 25.01.2013, p. A-2.
- _____. *Irmãos em livros*, jornal Folha de São Paulo, 07.12.2018, p. A-2.
- _____. *Morrer de prazer: crônicas da vida por um fio*. Rio de Janeiro: Foz, 2013.
- _____. *No céu, entre livros*, jornal Folha de São Paulo, 15.01.2018, p. A-4.
- _____. *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. *O biografado perfeito*, jornal Folha de S. Paulo, 28.03.2016, p. A-2.
- _____. *Proibido proibir*, jornal Folha de São Paulo, 07.06.2013, p. A-2.
- _____. *Saudades do Brasil*, jornal Folha de São Paulo, 10.12.2018, p. A-2.
- _____. *Utilidades demais*, jornal Folha de S. Paulo, 31.07.2017, p. A-2.
- *Companhia das Letras terá de indenizar herdeiras de Garrincha*, Revista Consultor Jurídico, disponível em https://www.conjur.com.br/2006-fev-17/editora_indenizar_filhas_garrincha, acesso em 17.02.2006.
- ECO, Umberto. *A conspiração dos imbecis*. São Paulo: revista Veja, Editora Abril, edição nº 2.432, 01.07.2015, p. 15-19.
- _____. *O celular e a rainha má*, tradução de George El Khouri Andolfato, disponível em <http://noticias.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/umberto-eco/2015/05/29/o-celular-e-a-rainha-ma.htm>, acesso em 03.01.2015.
- GRAU, Eros Roberto. *Paris, quartier Saint-Germain-des-Prés*. São Paulo: Globo, 2011.
- LUSTOSA, Isabel. *Histórias de presidentes: a República no Catete*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- REVEL, Jean-François. *Las ideas de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Emecé Editores, trad. Ramiro de Casabellas, 1973.
- SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- *STF afasta exigência prévia de autorização para biografias*, in Notícias do STF, 10.06.2015.
- VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Record, 1988.
- _____. *1968: O que fizemos de nós*. São Paulo: Planeta, 2008.
- ZAFÓN, Carlos Ruiz. *O jogo do anjo*. Rio de Janeiro: Suma das Letras, trad. Eliana Aguiar, 2017.



Rapé

Glayco Firpe

Juiz do TJMG, aposentado

Tinha, de fato, aquele jeitinho de indiferente, que já se verá, era só um traço de seu modo de ser, pois, no fundo, lá dentro, era um amigão. Juca Torto barganhara a mãe, prenha, lá no Ibiraci, por uma manta de toucinho e a trouxera junto com a tropa quando se fixou no Montezuma. Uma vez parido, Albino, inda fedelho, se tomou de amores pelo bicho e o pai lho concedeu. Ficaram inseparáveis. Bino ia pescar e deixava Rapé – este o apelo – a vagabundear pelo mato à volta. Só quando ia à cidade lhe exigia serviço. Viajavam – cavalgante e cavalgado – nos passos trôpegos que o último imprimia à marcha, sem pressas e sem cobranças.

Na venda, amarrado à porta, ficava, às vezes, até tardão, esperando o outro encher os cornos. Co’o passar do tempo, Bino foi dilatando o quanto e era comum alguém ter de dar adjutório para colocá-lo na cavalgadura. Não carecia mais. O resto, Rapé fazia: posto ao lombo o insólito cavaleiro, pegava o rumo e lá se ia, no passo costumeiro, à luz da Lua, ‘té entregar a carga, meio inconsciente, na porta do curral.

Esse ir e vir durou um erão e cada vez amiudando mais, que Bino, logo se percebeu, não se ajeitava bem com o trabalho. Entrementes, sem mais aquelas, Juca, sem aviso de perrengue, deu de obitar e a casa ficou sem guia. Bino foi vendendo o que achava no paiol e resolvendo o hoje. Era pouco e sem muita valia.

Uma noite, já nos finalmente, num dos retornos, no transpor de um morro, aconteceu de passar um vulto pela frente. Na surpresa, Rapé se empinou e o cavaleiro, borracho e dormente, saiu cuspindo da sela indo prender a perna numa fenda, entre duas grandes pedras, afloradas à margem. Não foi tombo grande, mas, de mau jeito. Partiu a canela que vazou couro a fora, exposta.

Rapé tentou levantá-lo, puxando com os dentes. Não deu, pois o outro tinha a perna engastalhada e gemia alto. Ficou por ali um intervalo, perdido em refletimentos e logo – percebido o inútil – voltou a trote rápido na direção da venda onde se pôs a zurrar.

O vendeiro, notando o irregular e vendo o jegue impaciente, montou e se deixou levar. Rapé, no passo que chegara, arrancou-se pela trilha e só parou no local do ocorrido.

Foi um comentário. Bino, mês depois, ainda de muletas, mas tratado, voltou à vila para buscar o jegue, que ficara aos cuidados de Minondas.

– Esse vai morrer comigo, que dele não me separo.

Acontece que a perna de Bino deu de piorar, dificultando e finalmente impedindo as idas e vindas, fosse a pé ou montado. Ficou precário. Ninguém aparecia e Bino ali, passando a farinha.

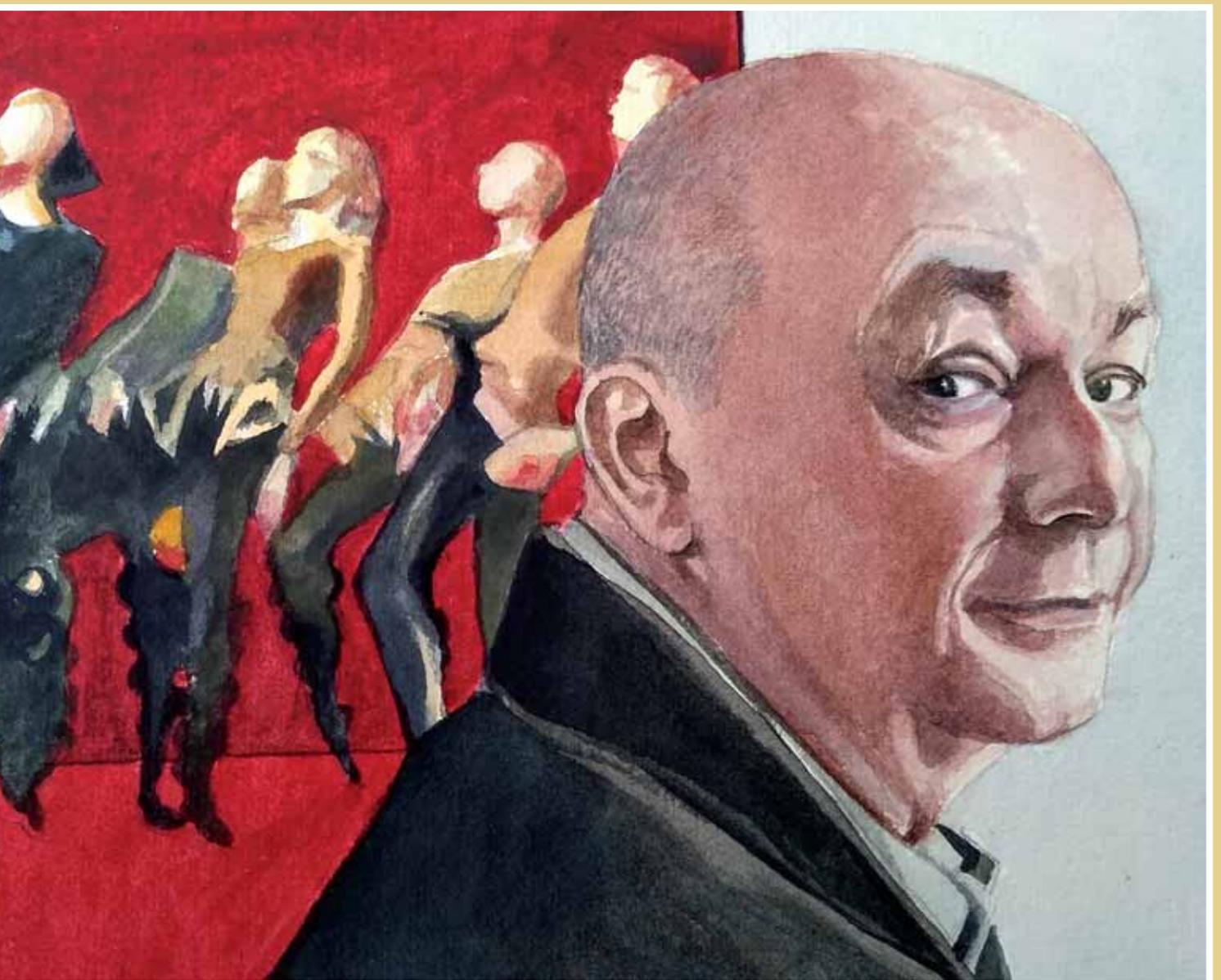
Num desses dias, já desesperançado, viu chegar Florêncio procurando animais para carne seca. Agradou-se do jegue e propôs catira em uma garrafa de pinga.

– Duas – resistiu Bino.

– Uma só – fez com o dedo e virou-se como quem vai embora.

E foi assim que Rapé – meio a custo – afastou-se pela derradeira vez de seu rincão e de seu amigo.

“Uma noite, já nos finalmente, num dos retornos, no transpor de um morro, aconteceu de passar um vulto pela frente.”



Grupo Corpo projeta a arte de Minas no mundo

Criada há mais de 40 anos, companhia de dança de Belo Horizonte faz turnês de sucesso regulares por diversos países.

Camila Cambraia
Jornalista

A música é o ponto de partida. Depois de incorporar cada nota, Rodrigo Pederneiras começa a coreografia, sem roteiro, ao lado dos bailarinos. O processo criativo dura três meses e o resultado são teatros lotados e aplausos de pé. Com 44 anos de estrada e 39 espetáculos no currículo, Grupo Corpo se prepara para mais uma estreia, em agosto próximo: *Gil [leia retranca]*.

Tem sido assim, desde que o grupo começou a se estruturar, em 1973, quando os irmãos Pederneiras e amigos participaram de um curso ministrado pelo prestigiado coreógrafo argentino Oscar Araiz, durante o *VII Festival de Inverno da UFMG*, em Ouro Preto. Os bailarinos ficaram próximos de Araiz e mantiveram contato. Dois anos depois, junto com outros sete amigos, decidiram criar o Grupo Corpo e o argentino foi convidado para montar o primeiro espetáculo: *Maria Maria*, um sucesso estrondoso.

Apesar de não dançar, Paulo se tornou o diretor artístico da companhia. Ao lado dos irmãos, convenceu os pais a saírem de casa para que o espaço se tornasse o local dos ensaios. Lá também foi inaugurada uma escola de dança. Paredes precisaram ser derrubadas, quartos emendados e, assim, surgiram as salas de aula. Em nome do sonho dos filhos, os pais foram morar de aluguel.

Embora São Paulo seja a cidade escolhida para as estreias, o diretor artístico nunca considerou mudar a sede da companhia. O edifício de três andares na Avenida Bandeirantes, região Centro Sul de Belo Horizonte, foi erguido em 1978, três anos após a fundação do grupo. Mas o início de tudo foi na casa da família Pederneiras, no bairro Serra.

Dos seis filhos da dona de casa Isabel e do engenheiro Manoel, cinco dançavam: Rodrigo, Miriam, Pedro, José e Marisa. Já Paulo, cursava arquitetura e teve uma passagem pelo teatro. Os irmãos faziam aulas em outros grupos de dança na cidade, mas tinham o desejo de ter a própria companhia.

Ambição

Mesmo sem todo o recurso financeiro que precisavam, os jovens buscaram profissionais reconhecidos para a produção do primeiro espetáculo. Oscar Araiz, por exemplo, estava acostumado a receber em dólar e coreografar para grandes companhias mundiais. Mas confiou tanto no potencial do novo grupo que aceitou participar da montagem, mesmo sem um cachê definido. Paulo também conseguiu persuadir Fernando Brant, já famoso

pelo Clube da Esquina, a fazer o roteiro. Fernando Brant, por sua vez, estabeleceu contato com Milton Nascimento, que compôs canções originais. “Eles fizeram porque acreditaram na gente. Não sabiam quanto nem quando iriam receber pelo trabalho”, comenta.

Maria Maria estreou em 1976 e chamou a atenção do público e da crítica, não só pelos artistas envolvidos na obra, como pela performance dos bailarinos. Na coreografia, estava a mistura de técnica clássica e movimentos de danças afro-brasileiras. O sucesso de bilheteria trouxe novos investimentos, que não só permitiram o pagamento dos cachês de Oscar Araiz, Fernando Brant e Milton Nascimento, como contribuíram para a construção da nova sede.

Durante os seis anos em que ficou em cartaz, *Maria Maria* percorreu 14 países e projetou o grupo mineiro para o exterior.

A personalidade

Enquanto encantava plateias pelo mundo, o Corpo trabalhou para definir a própria identidade. Em 1981, Rodrigo Pederneiras passou a assinar as coreografias e não parou mais. Na mesma época, Paulo assumiu a cenografia e a iluminação.

Foram seis montagens até *Prelúdios*, de 1985, o segundo marco na carreira da companhia, apresentado pela primeira vez no *I Festival Internacional de Dança do Rio de Janeiro* e aplaudido de pé no Teatro Municipal. A trilha é uma interpretação do pianista Nelson Freire para os 24 prelúdios de Chopin.

Quatro anos depois, veio uma conquista emblemática: o patrocínio da Shell que, por uma década, possibilitou uma criação mais tranquila e estável. 1989 também foi a estreia de *Missa do Orfanato*, a tradução cênica da *Missa Solemnis k.139*, de Mozart. Tão significativo que continua no repertório, mesmo 20 anos após a primeira apresentação.

O patrocínio permitiu ao grupo convidar artistas para compor canções exclusivas e aumentar a conexão entre som e coreografia. Esse modelo virou regra a partir de 1992, com *21*. A trilha, da oficina instrumental mineira Uakti, foi desenvolvida para o espetáculo e a equipe técnica optou desde então por trabalhar apenas com melodias originais – a exceção é *Lecuona*, de 2004, com canções de amor do cubano Ernesto Lecuona.

Para Paulo Pederneiras, o fato de terem músicas compostas exclusivamente para eles ajuda o grupo a se reinventar. “Mesmo com 44 anos, eu considero o Corpo uma companhia contemporânea”, reflete.

Em 2000, a Petrobrás tornou-se a grande apoiadora cultural e financeira. A parceria ainda existe, mas deixou de ser exclusiva, com a crise financeira. Atualmente, empresas públicas, do Governo de Minas Gerais e privadas, como Itaú, Unimed, Magazine Luiza e CCR dividem o apoio.

Com a ajuda dos patrocinadores, ingressos e apoiadores, foram produzidas quase 40 peças. Hoje, as estreias do Corpo ocorrem a cada dois anos e cada espetáculo novo é apresentado junto com um dos dez antigos que são mantidos como parte do repertório.

A companhia

Alguns dos integrantes do grupo formado em 1975 pelos irmãos Pederneiras ainda permanecem na equipe. Rodrigo, como coreógrafo, Paulo, como diretor artístico e Pedro, como diretor técnico. A figurinista Freusa Zechmeister também acompanha a jornada desde o início. Na equipe de professores, uma herança da época do coreógrafo argentino Oscar Araiz: Betina Bellomo, que veio de Buenos Aires no fim da década de 1970 para ministrar aulas à nova companhia e escolheu Belo Horizonte para viver.

O palco agora é dividido por 22 bailarinos, de várias partes do Brasil, com idades entre 20 e 40 anos. Profissionais que tiveram que 'trabalhar duro' até conseguir a tão sonhada vaga na companhia mineira.

A disputa por um espaço no Grupo Corpo virou tarefa árdua. Primeiro, porque são poucos integrantes, depois, porque a concorrência é enorme. Da última vez em que foi feita uma audição para a escolha de novos membros, houve 400 inscrições para três vagas. "Depois disso, optamos por não fazer mais audições. Atualmente, buscamos bailarinos em outros grupos, ou recebemos indicações. As

“A disputa por um espaço no Grupo Corpo virou tarefa árdua. Primeiro, porque são poucos integrantes, depois, porque a concorrência é enorme.”

portas também estão abertas para aqueles que desejam fazer aulas ao lado da companhia”, explica Paulo. De acordo com ele, os que se destacam podem conquistar seu espaço no futuro.

Outra porta de entrada é a própria escola do Corpo, que funciona na sede do grupo e tem 300 alunos matriculados.

Rotina

A jornada da companhia vai das 9h às 15 horas e é dividida entre as aulas de balé clássico, pela manhã, e ensaios durante a tarde. Segundo o diretor, a técnica apurada é um pré-requisito para qualquer integrante. É ela que prepara os bailarinos para as coreografias, mesmo no caso da dança contemporânea.

Embora apresentem dois balés a cada espetáculo, eles ensaiam entre três e quatro peças diferentes. Isso porque a escolha do repertório varia conforme o país onde será a performance. Um dos critérios para a definição das apresentações é o lugar, já que é preciso ter estratégia para o transporte dos equipamentos. Em alguns casos, o cenário é mantido em depósitos fora do Brasil.

“A técnica apurada é um pré-requisito para qualquer integrante.”

O grupo se apresenta, em média, 70 vezes por ano, a maior parte delas no exterior. Em quatro décadas de história, já visitou aproximadamente 200 cidades ao redor do mundo.

Na bagagem de cada viagem também veio experiência. Paulo atribui o amadurecimento ao aprendizado fora do país, desde o primeiro espetáculo. *“Hoje nós trabalhamos com excelência e acho que aprendemos muito disso fora daqui (...). O Corpo é ‘caxias’, o nível de exigência é alto, com pessoas, com matéria prima. Não tratamos nada com descaso”.*

Gil, o novo espetáculo

O nome é uma homenagem ao autor da trilha, Gilberto Gil. É a primeira vez que o artista compõe para uma companhia de dança. São aproximadamente 40 minutos de música, uma novidade na carreira do compositor. Segundo Paulo Pederneiras, as negociações começaram no ano passado. Desde então, eles se reuniram apenas para discutir a dinâmica, mas sem interferir na criação da melodia. *“São necessários momentos mais fortes e outros de descanso, para que os bailarinos consigam ter fôlego até o fim do espetáculo”*, explica.

Com o início da montagem, Paulo entra em cena. É ele quem desenvolve cenário e iluminação. Já a amiga Freusa Zechmeister, fica responsável pelo figurino. Juntos, os três dão personalidade à obra.

Gil será conhecido pelo público em agosto. A estreia é no dia 7, no Teatro Alfa, em São Paulo. Belo Horizonte recebe o espetáculo em seguida, entre os dias 27 de agosto e 1º de setembro, no Palácio das Artes.

“São necessários momentos mais fortes e outros de descanso, para que os bailarinos consigam ter fôlego até o fim do espetáculo.”

ENTREVISTA

Um grupo com espírito mineiro

Dos irmãos que fundaram a companhia, Paulo é o único que nunca dançou. Mas escolheu a dança para viver. Da faculdade de arquitetura não concluída, ficou o talento para ocupar o breu dos palcos com encantamento. Paulo é cenógrafo e iluminador do grupo. Habilidades desenvolvidas por necessidade e lapidadas com o tempo. Hoje já não executa a parte técnica, mas é a mente por trás de cada feixe de luz.

O Corpo nasceu por iniciativa sua, mas você nunca dançou. Como a dança se transformou em profissão?

Reunimos um grupo de bailarinos que já existia. Meus irmãos, nossos amigos. Nessa época, cada um fazia sua atividade. Só o Rodrigo e a Miriam se dedicavam exclusivamente à dança. Na época eu estudava arquitetura, acabei abandonando a faculdade, mas o que aprendi me ajudou. O que sabemos hoje, aprendemos juntos, com a experiência. Eu, por exemplo, nunca tinha feito cenografia ou iluminação. Mas precisei fazer.

Depois você se especializou?

Não. Na época não tinha quem fizesse. Em Maria Maria, o primeiro espetáculo, contratamos alguém de fora. Mas quando o Rodrigo vira o coreógrafo, tudo começa a vir aqui de dentro. Então eu fazia a iluminação, Fernando Veloso o cenário e a Freusa sempre com o figurino. Depois acabei ficando com a cenografia também. Mas para mim, iluminação e cenário se complementam. É uma coisa só: a luz diz respeito ao espaço, ela cria espaço. Eu não consigo conceber o espaço sem ela.

De onde veio tudo isso, então?

Eu aprendi com o Corpo. O Grupo foi uma escola para todos nós. Agora, a nossa sorte foi o primeiro espetáculo ter feito o sucesso que fez. Então a gente teve a oportunidade de viajar pra caramba logo no início. Naquela época a tecnologia lá fora era muito diferente do que se fazia aqui, então a gente teve que acelerar um processo de aprendizagem que foi muito importante. Era todo mundo moleque. A gente foi em 14 países. Hoje fazemos isso com muita tranquilidade porque tivemos que aprender a viajar cedo. Atualmente faz parte da rotina.

No exterior, como é a receptividade da plateia?

Os teatros ficam lotados. Tem teatro de dois mil lugares que os ingressos esgotam. O Corpo tem um nível muito legal, que é reconhecido. Quando o espetáculo termina, em qualquer lugar, é quase todo mundo de pé. É impressionante.

“Eu aprendi com o Corpo. O Grupo foi uma escola para todos nós.”

De que forma a agenda do Grupo é dividida?

A temporada oficial é no Brasil, ela vai de agosto até o fim de setembro. Depois vamos para fora. Dezembro geralmente tem um recesso e em janeiro viajamos novamente. No Brasil, as estreias são sempre em São Paulo, depois tem BH, Rio, Porto Alegre...

Por que escolhem São Paulo para estreiar e não Belo Horizonte?

Há 20 anos fazemos assim, começamos pelo Teatro Alfa. É um teatro em que a gente se sente em casa. O Corpo abre a temporada de dança lá há muitos anos. Por ser um teatro particular, a gente tem mais tempo para se adaptar. Eles têm a estrutura que a gente precisa. Estamos lá desde a inauguração. É quase uma família, temos muita liberdade.

A infraestrutura dos teatros é um fator decisivo para a escolha das apresentações?

Se vamos para um lugar que não oferece a infraestrutura que precisamos, levamos os equipamentos. Tudo, até iluminação. Aprendemos isso dançando nos melhores teatros do mundo. Pra gente, o mais importante é ter uma boa estrutura de trabalho. Principalmente quando falamos de segurança. O nível de exigência do Corpo no Brasil é fora da curva, trabalhamos com o mesmo padrão de segurança de países de primeiro mundo,

como a Alemanha, que é um dos mais exigentes. Não usamos materiais inflamáveis em cena, por exemplo. Trabalhamos com prevenção, com cuidado e as pessoas que entram aprendem isso.

Então podemos dizer que os desafios da dança no Brasil podem estar mais ligados à falta de infraestrutura do que à falta de público?

Um problema é a manutenção. No Brasil, às vezes não há o devido cuidado com os equipamentos culturais. Nós levamos isso a sério, investimos nisso. As políticas públicas também são questionáveis, mas a infraestrutura poderia ser melhor em alguns espaços. Em relação ao público, nós nunca tivemos problema com falta de plateia. Nossos ingressos geralmente esgotam antes da estreia.

E a crise financeira dos últimos anos, afetou a receita?

Os ingressos representam um terço da nossa receita. Os outros dois terços vêm de patrocinadores, e de leis de incentivo (como a Lei Rouanet) por isso, temos mais de um patrocinador atualmente. Mas é sempre uma batalha. Temos procurado profissionalizar essa área.

A escola, fundada na mesma época que o Grupo, ainda funciona? Vocês formam bailarinos também?

Temos cerca de 300 alunos na escola e oferecemos aulas de clássico e contemporâneo. Da escola podem sair bailarinos para a companhia, mas esse não é nosso principal objetivo. Também havia o Corpo Cidadão, um projeto social para crianças carentes, mas, desde o ano passado ele está desativado por falta de patrocínio.

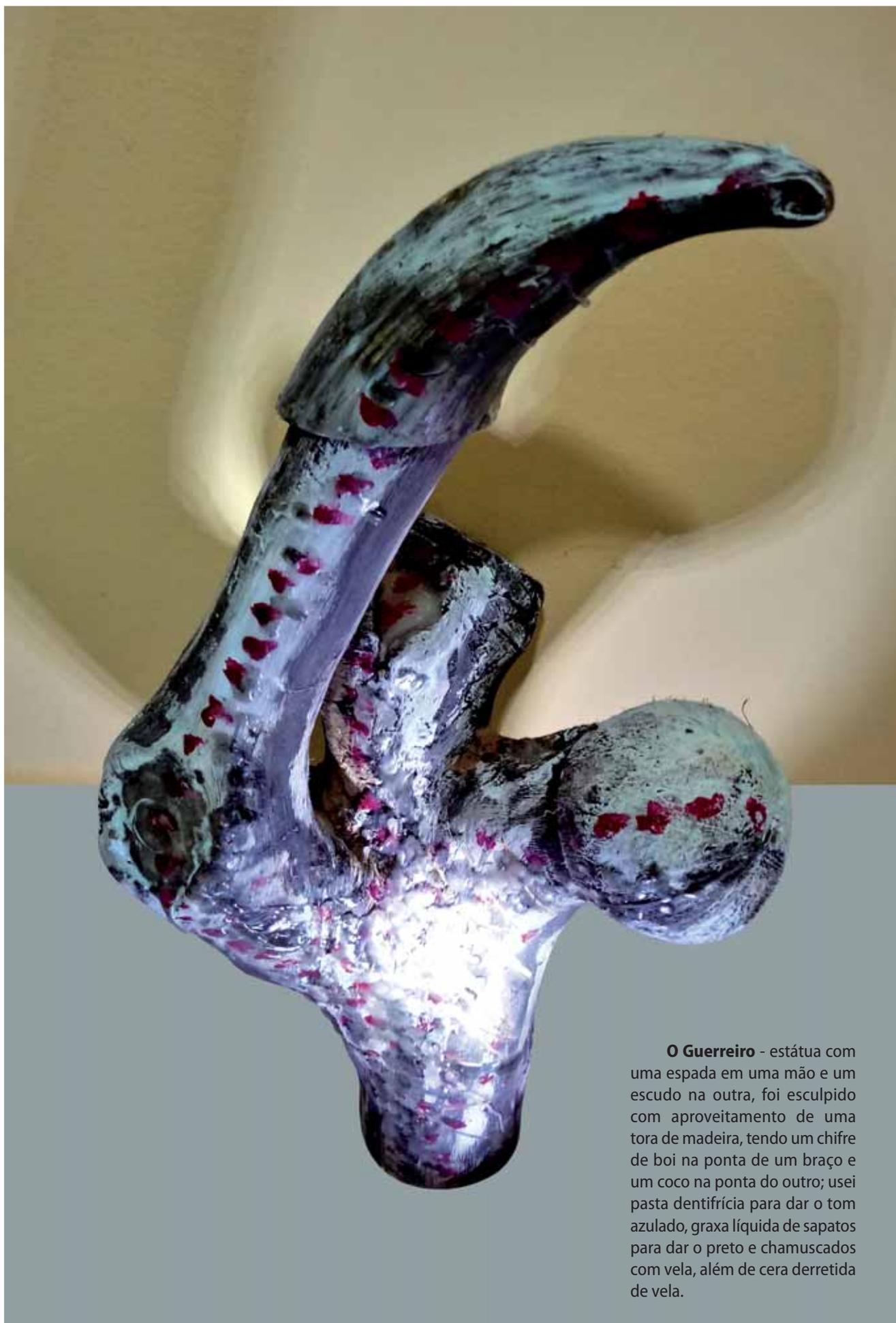
Como você enxerga a dança em Minas Gerais? Se manter aqui é mais complicado que em outros estados?

Não vejo diferença. Minas é a nossa casa, nunca pensamos em sair daqui. O trabalho aqui é mais concentrado, temos as pessoas mais próximas. Tem um jeito mineiro... isso ajuda. Quando a gente fala de criatividade isso ajuda, não sei, acho que é o jeito acolhedor do mineiro.

Quando começaram, há quatro décadas, imaginaram que conquistariam tanto prestígio?

O legal é que o Grupo tem 44 anos e eu considero uma companhia contemporânea. Somos muito exigentes, tanto na parte artística, quanto na parte técnica. Nesse tempo todo, a gente desenvolveu uma linguagem própria. Eu gosto de pensar que é sempre um processo de avançar. Muitas vezes, vemos o sucesso se acomodar. Parece que tem gente que tem medo do futuro, nós não temos. Além disso, o fato de termos músicas compostas exclusivamente para nossos espetáculos ajuda nesse processo de avançar. Tem sempre uma novidade, porque também depende do compositor. O processo é o que determina o conceito da obra. Não tem roteiro, simplesmente flui.

“No Brasil, às vezes não há o devido cuidado com os equipamentos culturais. Nós levamos isso a sério, investimos nisso.”



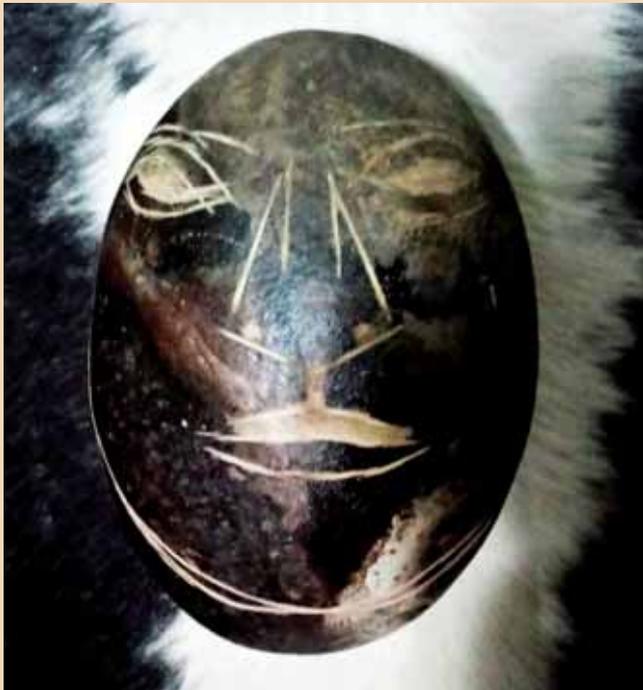
O Guerreiro - estátua com uma espada em uma mão e um escudo na outra, foi esculpido com aproveitamento de uma tora de madeira, tendo um chifre de boi na ponta de um braço e um coco na ponta do outro; usei pasta dentifrícia para dar o tom azulado, graxa líquida de sapatos para dar o preto e chamuscados com vela, além de cera derretida de vela.

O magistrado escultor

O juiz Luiz Guilherme Marques, titular da 2ª Vara Cível de Juiz de Fora há 24 anos, é o primeiro magistrado a ocupar o espaço das artes plásticas da revista *MagisCultura*, com quatro esculturas feitas de modo muito peculiar, que publicamos nesta página.

Autodidata, ele utiliza para seus trabalhos materiais acessíveis a qualquer pessoa, encontrados na natureza. Ele explica as obras:

Cabeça de africano – obra feita sobre uma fruta chamada coité, onde, com um punhal e uma serrinha, desenhei, riscando, a referida cabeça.



Tótem africano - fui esculpindo com um punhal e uma serrinha, fazendo entalhes em uma tora de madeira que encontrei em uma pousada. Utilizei como materiais pasta dentifrícia, graxa líquida de sapatos e cera de vela derretida e esmalte de unha, além de escurecer alguns trechos utilizando chama de vela. (à direita)



Pajé - esculpida em um tronco de madeira cheio de galhos, com 50 cm de altura, que foi sendo desbastado até virar uma cabeça emendada em um quadril e pernas, mas sem o tórax e o abdômen. (abaixo)



Magistrado há 31 anos, Luiz Guilherme tem 64 anos, é natural de Campo Grande (MS) e relata ter-se iniciado nas artes plásticas aos 12 anos de idade, estudando desenho, e pretendeu se profissionalizar na pintura aos 16, mas “faltava dinheiro para comprar tintas, pincéis e telas”. Trabalha na varanda do próprio apartamento e nas pousadas onde costuma passar os finais de semana, utilizando poucas ferramentas.

Ele diz confiar na inspiração para criar suas obras, mas que “leu muito sobre os grandes mestres das Artes Plásticas”. Considera Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, o maior dos mestres da escultura, “superior até a Michelangelo”.

Além da escultura, também se dedica à Música, sendo percussionista e dividindo o ritmo e as improvisações com a esposa, que toca chocalho, já tendo um CD gravado.

Dois poemas

João Quintino Silva

Desembargador do TJMG, aposentado

Cidadão comum

Manda o juiz na sua audiência,
Onde o veste a autoridade.
Mas em casa (oh! penitência!)
Manda a mulher, de verdade.

Ele pensa que é quem manda
E faz logo cara feia.
A mulher se ri, de banda.
Diz: "Coitado! nem à meia."

A toga do Tribunal,
Sob a qual o juiz caminha,
Cede em casa ao avental
Da faxina e da cozinha.

Lá no Fórum ele é um rei,
Mercê do grau que o embasa.
Mas, lá fora, o que é, nem sei.
Nem parece um juiz em casa.

Se no mando põe a sorte,
O coitado do juiz
É no Fórum o homem forte,
Mas, em casa, é um petiz.

Na ebriedade do amor

Somos uns apaixonados,
Dois felizes namorados
Num amor que é sem segredo.
Duas vívidas crianças
Que, entre sonhos e esperanças,
Fazem do amor um brinquedo.

Na penumbra do alvo leito,
Enlaçados de algum jeito
Da cabeça até aos pés,
Vendo os dois de amor ardendo,
Ninguém vai ficar sabendo
Qual sou eu, e qual tu és.



Noturno da Lagoa

Llewellyn Medina

Desembargador do TJMG, aposentado

A lua nova dissolve sua placidez leitosa
nas águas pacatas da Lagoa animosa
a noite se projeta e enovela
corações improváveis e outros também

luzes sem conta e aos pares bailam
um balé de caleidoscópica coreografia fria
a caligrafia da natureza escreve à volta
espia lânguida e silenciosamente borda
um desenho mágico de mil e uma noites

o comezinho da noite esponjosamente abarca
encolhe o fim do dia em rede de dormir
a folhinha de Santo Antônio calendário duvidoso
diz ser verão ou estação outra qualquer

vida segue indiferente à etiqueta discurso surdo
certeza é que a lua desaparece na noite opaca
e os automóveis bailam à volta o funk da ocasião
homens sem olhos de ver em busca de si mesmos
ouvem apenas o silêncio de sua solidão.



Quem é?

Glayco Firpe

Juiz do TJMG, aposentado

Quem é o homem solitário
Que habita essa casa velha?
Ele a enche de lembranças,
De projetos, esperanças,

Porém não sabe quem é.

Tenho com ele falado

Desde os mais remotos tempos,

Tenho indagado, sondado

Mas é pouco, é quase nada,

O que me tem revelado:

Não sabe, por mais que eu tente,

Dizer-me donde é que vem,

Não conhece dos motivos

Que o trouxeram para cá,

Nada diz da duração

Que aqui terá na sua estada,

Só responde, vagamente:

— Vou-me embora um dia desses,

Não fico aqui permanente,

Mas não sabe pra onde ir.

Se lhe pergunto quem é,

Me responde que é José,

Mas responde envergonhado,

Fica de rosto vermelho

Pois sabe bem que o não é.

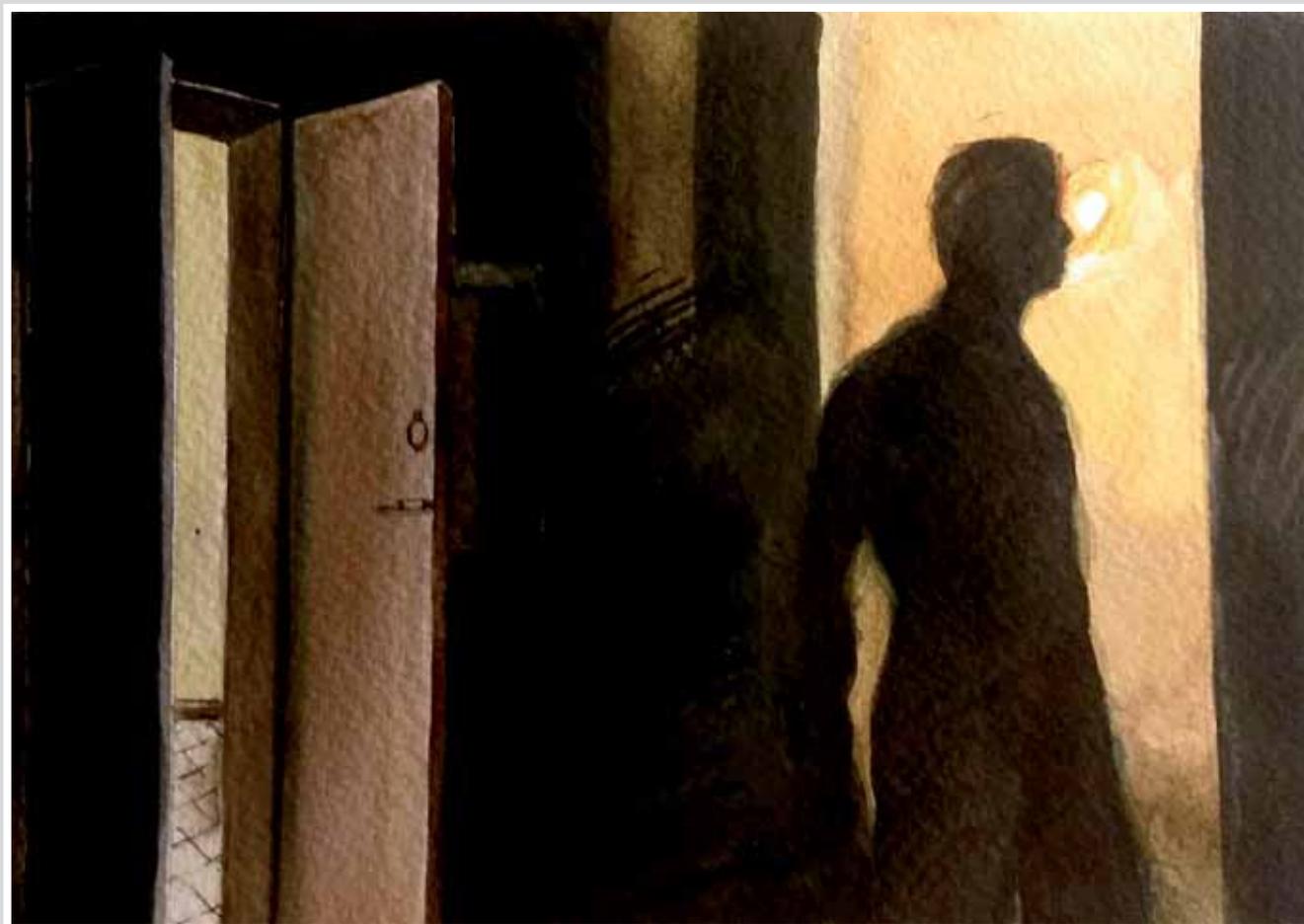
Quem é o homem solitário

Que me enche a casa velha

Com seu sonho e solidão?

Fica no ar a pergunta,

Fica em aberto a questão.



Os sete pecados capitais

Fernando Armando Ribeiro
Juiz do TJMMG

Inveja

Tinha fascínio por aquele andar, aquele olhar, aquele sorriso. Não podendo roubá-los, contudo, usava os mesmos sapatos, óculos e batom que sua prima. E assim procurava aplacar a cada dia o estranho e insaciável desejo de deixar de ser si mesma.

Gula

Tinha um gosto tão grande pela vida, que sentia como se pudesse devorá-la. Não sabendo, porém, como lambar a lua, abocanhar as nuvens e beber o oceano, consumia com voracidade sorvetes, bolos e refrigerantes. Aos médicos dizia que não se exercitava, mas caminhava todos os dias pela praia, momentos em que sentia como se estivesse a devorar o mundo. Às vezes, sem saber por que, chorava. E comendo churros secava essas lágrimas, que raramente eram de tristeza.

Ira

Com um chute espantou o cão que atravessava seu caminho e saiu da garagem indiferente à gentil saudação do porteiro. Esmurrou a buzina ao motorista que entrara um pouco na faixa de pedestres e, na porta da escola, estacionou o carro em fila dupla. Dalí partiu em tal velocidade que em minutos deixou o filho em casa, chegando ao local da manifestação. Abrindo o porta-malas retirou o cartaz que carregaria com vigor naquele dia: "Diga não à violência!".

Luxúria

No clímax do ato, o homem olhou mais uma vez o espelho. Ali não viu, contudo, a mulher belamente nua diante de si. Contemplou o azul de seus próprios olhos e o corpo que ainda

guardava algo do velho tônus muscular. A mulher, porém, não recebia nenhuma acolhida do espelho. Assim como outras, havia declarado seu amor, e em vão lhe fizera promessas. Mas palavras nunca bastavam, o coito era o único refúgio ao temor da rejeição. Estava condenado a buscá-lo. Instante fugaz de um impossível desejo, testificado na fidelidade dos espelhos.

Medo

Quando criança, dormia sempre com as luzes acesas e nunca brincava com os primos no quintal da casa da avó. De cães, galinhas e vacas não se aproximava, e os insetos lhe eram constante pesadelo. Adulto, tomou gosto pelas armas, ganhando vários campeonatos de tiro. Mestre das artes marciais, por onde passava abriam-lhe caminho, e nos bares que frequentava quase nunca pagava a conta. Mas ao dormir jamais se esquecia de deixar lâmpadas acesas.

Soberba

Quando criança, na pequena fazenda onde moravam, notavam-lhe a mania de grandeza e um jeito estranho de olhar. Entre os irmãos, em tudo queria ser o primeiro. Certa vez fugiu de casa por não ter sido elogiado como o melhor aparteador de gado. Homem feito, na cidade, proclamava-se sempre muito humilde, conservando na face o mesmo olhar estranho que trazia desde os tempos de menino.

Preguiça

Era um lindo sábado de sol, e os jornais anunciavam as florações da primavera. Colegas de trabalho haviam marcado um almoço, e amigos um passeio de bicicleta pela orla. Mas José, colado à cama, renunciava a todos os convites do dia. De pernas para o alto, e indiferente aos anúncios da black friday, não concebia outro movimento que o dos lábios arqueando num sorriso.





Filosofia e poesia

Luís Carlos Gambogi
Desembargador do TJMG

Pensar e sonhar são as asas da existência, o que sustém o voo do homem. Em uma das asas, o pensamento lógico; na outra, a poesia. Podem ambas as manifestações do intelecto ora se apresentarem como águas convergentes, ora como águas dissonantes. Separadas, a Poesia fica na região da realidade fantástica, da criação verbal, do sonho e do imaginário; a Filosofia situa-se no território da razão lógica, do entendimento, da atitude cognoscitiva, de conhecimento da realidade e da estruturação do pensamento conceitual. Conforme alguns posicionamentos, a Filosofia é a Poesia dos conceitos; a Poesia é a Filosofia da alma humana, a Filosofia livre de seus grilhões lógicos e conceituais, isto é, a Poesia é a Filosofia no exercício pleno e absoluto da liberdade. Existem poetas filósofos (Goethe, Dante, Shakespeare, Fernando Pessoa) e filósofos distantes da poesia, sobretudo os que se ocupam da epistemologia (positivistas e analíticos, como Popper e Kelsen), bem como Heidegger, Habermas e Wittgenstein, dentre outros.

A atitude filosófica não se posiciona ao lado da ordem, ao contrário, realiza-se pelo questionamento à ordem, pela subversão da ordem, como contraponto à ordem, ou seja, a Filosofia é rebelde, recusa o real para se preservar sentinela da razão e, assim, monitorar a saúde ao pensamento. Portanto, na essência, a Filosofia cumpre o propósito de exercer vigilância sobre a razão, que não é santa, que pode errar, que pode enveredar por caminhos que tragam desassossego ao homem ao invés de guiá-lo rumo da paz e de seu progresso moral e material. Não são raras as vezes em que a razão, convertida em razão instrumental ou estorvada pelo entorpecimento ideológico ou dominada por brutal insensibilidade, acredita salvar a humanidade jogando-a no abismo da morte. Adianto que não há medicina que dê conta da razão em deriva. A razão só se cura com a própria razão, a qual, fazendo de si razão reflexiva, filosófica, funcionando como tribunal da própria razão, pode repensar o sentido que dera à liberdade e corrigir o caminho que se lhe mostra equivocado, senão tenebroso, terrível, medonho.

A Poesia existe para exaltar a liberdade e a esperança de que se alimenta o espírito. Funciona como razão que pensa sentindo, como razão do coração (Pascal), como pensamento sob a razão do sonho “*pois estamos em um mundo tão singular que o viver é só sonhar [...] O maior bem é tristonho, porque toda vida é um sonho e os sonhos, sonhos.*” – nas palavras de Calderón de la Barca. Sigmund Freud, o médico da alma, reconhecendo a indissociável relação entre Poesia e alma humana, deixou escrito “*aonde quer que eu vá, eu descubro que um poeta esteve lá antes de mim.*” A Poesia tem seu berço no uso emocional da linguagem e tem o propósito de aliviar o peso da realidade bruta, torná-la mais agradável ao homem e, ao mesmo tempo, protegê-lo das garras da depressão, do desencanto e do desespero.

O preâmbulo de nossa CR/88, por exemplo, inocula o compromisso com o discurso poético no coração do brasileiro. Trata-se de preâmbulo que, afora a Poesia, alguma Filosofia, também incorpora o discurso religioso ao acolher a expressão “*sob a proteção de Deus.*”. Senão, vejamos: “*Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.*”

Não à toa, Shelley, poeta do séc. XVIII, disse que “*os poetas são os legisladores do universo.*”. Por fim, é de se pontuar que o discurso poético não tem qualquer objetivo utilitário ou prático porque o poeta que não almeja tão somente exprimir o sentido positivo da liberdade, libertando, se necessário, a própria linguagem, que quase sempre demanda ser aperfeiçoada, purificada, ressemantizada, não é poeta!

O conhecimento filosófico tem, por um lado, o propósito de problematizar o estável, o solidificado, de modo a que, pelas brechas da instabilidade, possa ela investigar os fundamentos de dado conhecimento científico, ou mesmo da civilização em que se manifesta, e avaliar se permanecem válidos; por outro lado, coloca-se como vigilante da racionalidade e da liberdade, seu maior e único capital. Sem renunciar ao exame do pensamento pelo ângulo crítico, a Filosofia, essa espécie de moça intangível, tem seus olhos no que nasce, isto é, está sempre à procura do que há de novo para se ver e dizer, advertindo-nos de que existem realidades ainda invisíveis que à frente tornar-se-ão visíveis. Poder-se-ia dizer que o filósofo, enquanto vive, vive com saudades do futuro.

A Poesia, a exemplo da Filosofia, também é fruto da liberdade espiritual do homem, mas, ao contrário da Filosofia, usufrui de liberdade ilimitada, isto é, a Poesia não se submete ao rigor lógico e conceitual. Escreveu o filósofo Giambattista Vico que as crianças, quando tomam em suas mãos coisas inanimadas e com elas conversam como se fossem vivas, comprovam que são poetas sublimes. A Poesia, enquanto expressão lírica, épica ou dramática, goza da liberdade de dizer tudo o que possa ser dito ou vivido, eis que seu trabalho é lapidar a compreensão sublimada da vida e suas circunstâncias. A Poesia, a poesia de qualidade, pode dizer, num reduzido número de palavras, o que é dito em um livro inteiro. O poeta, no exercício de seu especial talento artístico, mergulha em um estado de encantamento, de êxtase, de enleação, e exprime, com a liberdade absoluta do espírito, o belo em palavras. Poder-se-ia dizer que o poeta pinta

“Não osciles entre
o espelho e a
memória em
dissipação.”

com os pincéis e as cores da linguagem. Mas, como obra de arte, é fruto de muito esmero, de técnica, de talento e de alguma inspiração.

Como pontua Carlos Drummond de Andrade, no poema que intitulou *Procura da Poesia*:

*Não faças versos sobre acontecimentos.
Não há criação nem morte perante a poesia.
Diante dela, a vida é um sol estático,
não aquece nem ilumina.
As afinidades, os aniversários, os incidentes pessoais não
contam.
Não faças poesia com o corpo,
esse excelente, completo e confortável corpo, tão infenso à
efusão lírica.*

*Tua gota de bile, tua careta de gozo ou de dor no escuro
são indiferentes.
Nem me reveles teus sentimentos,
que se prevalecem do equívoco e tentam a longa viagem.
O que pensas e sentes, isso ainda não é poesia.*

*Não cantes tua cidade, deixa-a em paz.
O canto não é o movimento das máquinas nem o segredo das
casas.
Não é música ouvida de passagem, rumor do mar nas ruas
junto à linha de espuma.*

*O canto não é a natureza
nem os homens em sociedade.
Para ele, chuva e noite, fadiga e esperança nada significam.
A poesia (não tires poesia das coisas)
elide sujeito e objeto.*

*Não dramatizes, não invoques,
não indagues. Não percas tempo em mentir.
Não te aborreças.
Teu iate de marfim, teu sapato de diamante,
vossas mazurcas e abusões, vossos esqueletos de família
desaparecem na curva do tempo, é algo imprestável.*

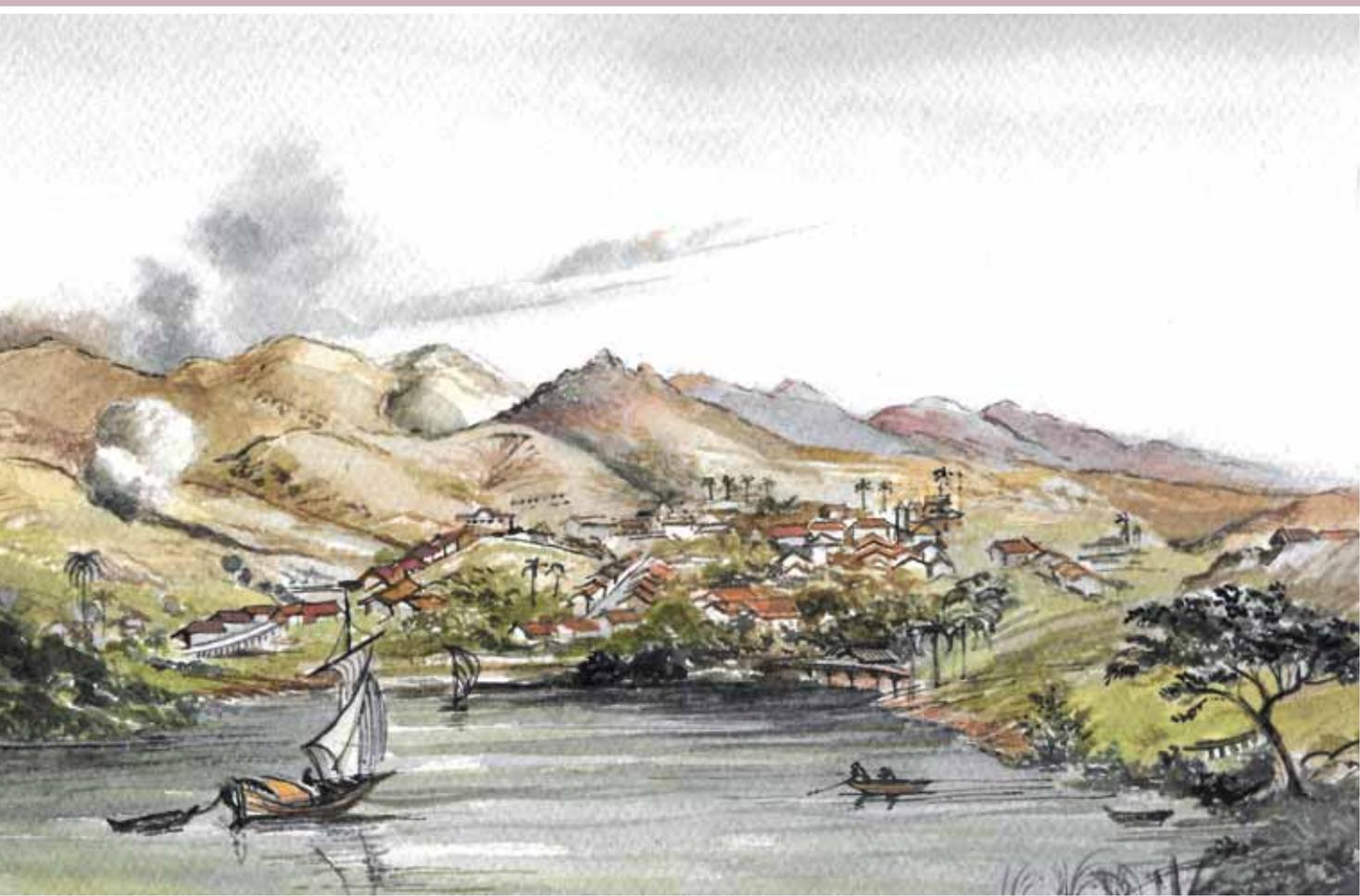
*Não recomponhas
tua sepultada e merencória infância.
Não osciles entre o espelho e a
memória em dissipação.
Que se dissipou, não era poesia.
Que se partiu, cristal não era.*

*Penetra surdamente no reino das palavras.
Lá estão os poemas que esperam ser escritos.
Estão paralisados, mas não há desespero,
há calma e frescura na superfície intata.
Ei-los sós e mudos, em estado de dicionário.
Convive com teus poemas, antes de escrevê-los.
Tem paciência se obscuros. Calma, se te provocam.
Espera que cada um se realize e consume
com seu poder de palavra
e seu poder de silêncio.
Não forces o poema a desprender-se do limbo.
Não colhas no chão o poema que se perdeu.
Não adules o poema. Aceita-o
como ele aceitará sua forma definitiva e concentrada
no espaço.*

*Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível, que lhe deres:
Trouxeste a chave?*

*Repara:
ermas de melodia e conceito
elas se refugiaram na noite, as palavras.
Ainda úmidas e impregnadas de sono,
rolam num rio difícil e se transformam em desprezo.*

“Chega mais perto
e contempla as
palavras.
Cada uma
tem mil faces
secretas sob a
face neutra
e te pergunta,
sem interesse
pela resposta,
pobre ou terrível,
que lhe deres:
Trouxeste a chave?”



Navegação no Rio das Velhas

José Anacleto Ferreira

Juiz de Direito do TJMG, aposentado

Frequente, há décadas, as margens do Rio das Velhas, no trecho entre Sabará e General Carneiro, onde o rio recebe o primeiro enxurro dos esgotos de Belo Horizonte. Antes, percorria o trecho pela margem esquerda, sobre os trilhos da antiga Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB). Na estação de General Carneiro, uma joia arquitetônica impiedosamente demolida, havia a bifurcação: o Ramal do Sertão e o Ramal de Nova Era.

Em Sabará ocorria nova bifurcação, derivando desse último ramal outro, na direção de Raposos, Rio Acima e adiante. A estação de Sabará ficava dentro de um triângulo de trilhos, fora do rumo do Ramal de Nova Era. O trem entrava até a estação, para apejar ou receber passageiros, depois voltava de marcha a ré, a fim de retomar o curso. Também essa estação e seu curioso sistema de manobras deixaram de existir, restando apenas o antigo pontilhão de ferro por sobre o Rio das Velhas.

Hoje a ligação entre Sabará e Belo Horizonte é feita por rodovia, à margem direita do rio.

Várias vezes ouvi que esse desolado Rio das Velhas, hoje mero coletor de esgotos urbanos, já foi grande, majestoso, piscoso e até mesmo navegável, quando a navegação a vapor subia até Sabará. Pode-se aceitar, sem muito esforço de imaginação, que os três primeiros adjetivos são perfeitamente aplicáveis em um passado distante. Quanto à navegação a vapor ter chegado até Sabará, é questão que merece pesquisa.

Relato de 'Sir' Richard Burton

A *Revista RIO DAS VELHAS*, número 01, traz interessante resumo sobre essa história, inclusive com ilustrações, dentre elas cópia de um desenho atribuído a J.M. Rugendas – Rio das Velhas em Sabará/1835, em que aparecem morros ao fundo, casario em segundo plano, e dois imponentes barcos a vela no primeiro plano. (<http://cbhvelhas.org.br/noticias/revista-rio-das-velhas-01-rio-das-velhas-a-espinha-dorsal-da-provincia-de-minas-gerais/>)

As máquinas a vapor estão em desuso, mas não se pode esquecer que na segunda metade do século XIX e nos primeiros anos do século XX eram o que havia de mais moderno e avançado e foram causa da revolução industrial que transformou os modos de produção, de transporte, de trabalho, de convivência e organização social no mundo inteiro.

Embora ainda nitidamente rural, o Brasil do Segundo Império não ficou alheio àquela evolução tecnológica e tratou de aproveitar os seus bons frutos, começando a implantar ferrovias, adquirindo navios e máquinas industriais e agrícolas. O governo imperial, de modo geral, não se dedicava diretamente à implantação dessa infraestrutura, mas incentivava os capitalistas, nacionais ou estrangeiros, a investirem nesse setor, mediante concessões e autorizações.

A navegação fluvial era prioridade, não só pela abrangência das bacias hidrográficas, mas também pela deficiência de estradas por onde transportar a produção agrícola do interior e importar os bens industriais e de consumo que aqui não eram produzidos.

Afluente importante do extenso Rio São Francisco, percorrendo áreas produtivas e promissoras de Minas Gerais, o Rio das Velhas não passou despercebido, nem mesmo para estrangeiros.

Interessante notícia sobre as possibilidades de aproveitamento do Rio das Velhas para a navegação a vapor nos é dada pelo erudito aventureiro, poliglota e experiente viajante inglês, 'Sir' Richard Francis Burton (1821-1890), que tinha o cargo oficial de cônsul (Santos, SP) e, ao mesmo tempo, trabalhava recolhendo informações para o imperialismo inglês, sobretudo aquelas ligadas à mineração. Financiado pela companhia proprietária da Mina de Morro Velho, em Nova Lima, MG, e com cartas de recomendação das autoridades de então, partiu do Rio de Janeiro com destino a Minas Gerais. Aqui ficou hospedado nas instalações daquela companhia e desceu ao fundo da mina; percorreu ainda as minas de Cuiabá, no município de Sabará; do Gongo Soco, entre Caeté e Barão de Cocais; e suspendeu por alguns dias a sua navegação Rio das Velhas abaixo, para visitar, em lombo de mula, os garimpos de Diamantina, sempre recolhendo e registrando informações.

A sua viagem foi contada em livro, cuja tradução foi publicada em dois volumes (Editora Itatiaia Limitada, 1977). No primeiro, com o título "*Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*", narra com deslumbramento e algumas críticas o percurso do Rio de Janeiro até Congonhas de Sabará (Nova Lima). No segundo volume, "*Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*", descreve sua viagem num ajoujo (duas canoas, amarradas juntas e cobertas por um tablado) movido a remos, que partiu de Sabará em 07/08/1867 e foi encerrada três meses depois, em Várzea Redonda, pouco acima da Cachoeira de Paulo Afonso, no Rio São Francisco, quando o viajante já podia ouvir o ronco poderoso das corredeiras intransponíveis. Desmontou ali o ajoujo, vendeu os despojos e seguiu viagem, por terra, até o Porto de Piranhas (AL) e dali até a foz do São Francisco.

A narração dessa viagem de canoa, cuidadosamente planejada e cumprida, constitui a parte mais saborosa da obra. O autor tem estilo leve e fluente, é observador atento, metucioso, e dotado, além disso, de fina ironia. Estrangeiro, sozinho entre estranhos, recebia calado e até com bom humor os pequenos logros que sua diminuta tripulação ou eventuais ribeirinhos lhe impingiam, mas vingava-se registrando os fatos em seu diário, fazendo questão de mencionar também, com nome, sobrenome, apelido e parentesco, os pretensos espertinhos.

Por outro lado, a todo momento, durante sua narrativa, Richard Burton ressalta as excelentes condições do Rio das Velhas, para nele se implantar a navegação a vapor. Discorre com en-

“Visando integrar, por todos os meios, o centro e o litoral do Brasil, o governo imperial planejou a construção de vários ramais ferroviários.”

tusiasmo sobre os extensos trechos nos quais bastaria colocar os barcos, anota os pontos em que o afloramento de pedras ou a pouca profundidade demandaria beneficiamento. Em sua opinião, tudo se resolveria com pequenas cargas de explosivos. Observa a qualidade e a possibilidade de aproveitamento das terras, descreve as fazendas, povoados e cidades ribeirinhas, seu passado e perspectivas futuras, discorre sobre a situação de portos existentes, sugere locais para a implantação de outros.

Na época de sua viagem havia movimentação de canoas e chatas, mas não se fazia a navegação a vapor no Rio das Velhas, embora esta já fosse ensaiada antes e estivesse até planejada e autorizada.

Em seu *“Relatório do anno de 1833 apresentado à assembléa geral legislativa na sessão ordinaria de 1834”* o então Ministro Antônio Pinto Chichorro Gama anotou:

“Pela Resolução de vinte e seis de Agosto do anno passado foi o mesmo Governo authorisado a conceder Privilegio semelhante a Guilherme Kopke, para navegar o Rio das Velhas; e se bem que este Negociante não haja ainda apresentado as condições, com que pretende o dito Privilegio (sic); todavia consta que tem já huma Barca a nado, e prompta para receber a maquina; que se estão construindo outras, e que se projecta estender a navegação a todo o Rio de S. Francisco.”

<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/d/oimperio/colecao3.html>

O próprio Burton menciona que, abaixo da foz do Rio Taquaraçu, encontrou os destroços de um barco a vapor construído anos antes por William (Guilherme) Kopke, que trabalhava para a Morro Velho (f. 28).

Pioneirismo de Henrique Dumont

Em 25/6/1867 o presidente da Província de Minas Gerais, Saldanha Marinho, firmou contrato com Henrique Dumont (pai de Alberto Santos Dumont), que explorava uma madeireira em Sabará, (<https://www.geni.com/people/Henrique-Dumont/6000000015810266465>) para implantar a navegação a vapor no Rio das Velhas, partindo dessa cidade. O contrato previa financiamento por parte do governo, isenção de impostos para importação, concessão da exploração por 10 anos, após os quais o acervo voltaria para o governo. Fixava também prazo para implantação dos serviços, número de viagens a serem feitas, preços para o transporte de cargas e pessoas.

“Dumont não perdeu tempo. Em março de 1868, trouxe, de Bordéus para o Rio de Janeiro, as seções do “Conselheiro Saldanha” e do “Monsenhor Augusto” (Burton, p. 188).

Em outra fonte encontramos a informação:

“Partindo de Sabará (MG) até Pirapora e Juazeiro, o Saldanha Marinho foi o primeiro vapor a singrar as águas do rio das Velhas e do Velho Chico, em 1871.” <http://festivaldehistoria.com.br>

Essa navegação continuou de forma intermitente e sem regularidade, não só devido às naturais dificuldades do próprio rio, mas também pela falta de demanda dos serviços.

Visando integrar, por todos os meios, o centro e o litoral do Brasil, o governo imperial planejou a construção de vários ramais ferroviários, ligando as principais cidades do interior aos portos fluviais e ao oceano. Dentre as medidas tomadas, a Lei nº 3.349, de 20-10-1887, autorizou o governo a contratar com particulares, ou sociedade comercial, a navegação a vapor do Rio das Velhas e do Médio São Francisco. Com base nessa lei, foi fundada, em junho de 1889, no Rio de Janeiro, a Companhia Viação Central do Brasil, que mudou de nome várias vezes, mas ficou mais conhecida como Empresa Viação do Brasil. Apesar de vários percalços, especialmente no plano acionário, essa empresa pôs em execução os projetos de construção ou montagem e operação dos barcos e deu início aos trabalhos de limpeza e desobstrução dos rios. Mas esses trabalhos eram difíceis e não foram integral ou pontualmente cumpridos, exigindo vários reajustes de prazos e condições.

Até mesmo o porto inicial da navegação, fixado, pela concessão, em Sabará, foi alterado para a barra do Rio Paraúna, afluente do Rio das Velhas, bem mais abaixo.

“Em 14 de janeiro de 1894 ocorreu a inauguração, oficial, do tráfego com um vapor da empresa navegando o rio das Velhas e o São Francisco, desde a barra do rio Paraúna, em Minas, até Juazeiro, na Bahia. Mas em outubro de 1898 a empresa foi desobrigada de operar o trecho final do Rio das Velhas.

A empresa tinha em Sabará-MG bons estaleiros, nos quais várias embarcações foram construídas. A respeito do estaleiro de Sabará, consta no relatório da empresa de 18-4-1894 ter a diretoria mandado sustar os trabalhos que, ali, vinham sendo realizados, e o material existente foi transportado para Juazeiro, onde estavam as principais oficinas.” (Excerto de estudo de Fernando da Matta Machado, Economista, Instituto Histórico e Geográfico de Sabará-IHGSA, Instituto Histórico e Geográfico do Alto Rio das Velhas-IHGARV).

Quando, em 1891, os irmãos Mascarenhas, proprietários das indústrias de tecelagem Cedro e Cachoeira, adquiriram a fábrica de tecidos São Vicente, em Santa Luzia, também fretaram o “Saldanha Marinho” para o transporte de seus produtos até Juazeiro, de onde voltava trazendo algodão produzido no Nordeste. Esse arranjo perdurou até 1893, quando os industriais passaram a utilizar o recém-inaugurado e mais vantajoso ramal ferroviário até Pirapora. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Luzia_\(Minas_Gerais\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Luzia_(Minas_Gerais))

Quanto ao pioneiro vapor Saldanha Marinho, que em 1890 foi adquirido pela Empresa Viação do Brasil, continuou navegando impávido, entre Pirapora, MG, e Juazeiro, BA, até 1943, quando foi desativado por problemas estruturais. Mas não foi desmontado. Anos depois foi restaurado e colocado, em seco, numa praça de Juazeiro, onde serve de atração turística.

Com 28 metros de comprimento, rodas de pás motrizes instaladas nas laterais, *“de apito rouco e estridente, o Saldanha Marinho navegava a 23 km/h rio abaixo e 14 km/h leito acima. Por viagem, levava cerca de duas dezenas de pessoas e, no máximo, seis toneladas de mercadoria. Cada viagem durava dias. E foi assim por quase 60 anos.”*

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/12/08/interna_gerais,335440/

“As dificuldades da navegação tornavam as viagens incertas e esporádicas.”

Respondendo à dúvida suscitada, conclui-se que Henrique Dumont, devidamente autorizado pelo presidente da Província de Minas, Saldanha Marinho, introduziu a navegação a vapor no Rio das Velhas, partindo de Sabará, MG, até alcançar sua foz no Rio São Francisco, em 1871. Mas as dificuldades da navegação – falta de dragagem e de desobstrução do rio, baixa do nível das águas nas secas –, tornavam as viagens incertas e esporádicas. Em razão disso, o porto inicial do percurso regular, autorizado pelo governo, foi definido bem mais abaixo, na barra do Rio Paraúna, até que em 1894 a concessionária foi desobrigada até mesmo de cobrir o trecho entre o Rio Paraúna e Barra do Guaiçuí, no encontro com o São Francisco.

Não se pode esquecer, além disso, que a estrada de ferro, construída também nessa época, seguia mais ou menos paralela ao curso do Rio das Velhas, até Pirapora-MG. É compreensível que se tenha dado preferência ao transporte ferroviário, bem mais rápido e eficiente, para cargas e passageiros.



As três máscaras da Escravidão

Armando Barreto Marra

Juiz de Direito em São João del-Rei

Interessantes fenômenos os relativos à mudança de máscara da escravidão na sociedade dos Estados Unidos da América. A escravidão, com esse nome, foi abolida com a edição da 13.^a Emenda à Constituição, redigida nos seguintes termos: “Não haverá, nos Estados Unidos ou em qualquer lugar sujeito a sua jurisdição, nem escravidão, nem trabalhos forçados, salvo como punição de um crime pelo qual o réu tenha sido devidamente condenado”.

Após a guerra civil, a economia dos estados do Sul se encontrou em frangalhos, pois era totalmente dependente da mão de obra escrava. A partir de então, os entes federados do sul criaram o sistema chamado “*convict lease system*” ou “*sistema de locação de condenados*”. Foram criadas leis que tornavam crimes condutas típicas insignificantes, com o fim implícito de encarceramento em massa de negros. Era considerado crime, em alguns estados, o negro ser encontrado numa rua ou estrada e não comprovar que estava empregado. Pequenas brigas e outras condutas irrelevantes sob o ponto de vista penal foram tipificadas como crimes. Com o encarceramento em massa, os Estados forneciam os negros para trabalho mediante remuneração irrisória para grandes plantadores e mineradoras. O negro era tratado com mais brutalidade do que no tempo da escravidão em si, pois se morresse ou adoecesse, era imediatamente substituído pelo governo.

Essa foi a primeira máscara da escravidão após a abolição.

Em 1876, com o desmantelamento do “*convict lease system*”, que começou no estado do Tennessee após uma revolta de mineradores brancos desempregados com condenados locados, foram editadas as leis Jim Crow, que consistiam em leis locais e estaduais que institucionalizaram a segregação racial, afetando principalmente afro-americanos, além de atingir também asiáticos e outros grupos étnicos. Tiveram vigência até 1965. Essas leis tinham caráter segregacionista e restringiam as liberdades e direitos civis dos afro-americanos. Por elas, o negro estava sujeito a segregação na escola e em quase todos os ambientes sociais. Os negros tinham escolas separadas e imperava a segregação. Eram considerados inumanos. Se uma mulher branca vinha por um passeio e o negro vinha em sentido contrário, este tinha que se desviar e continuar seu deslocamento pela rua. Nos ônibus, nas escolas, em todo lugar, o negro era considerado pertencente a uma casta inferior. Todas as leis de Jim Crow foram revogadas pelo “*Civil Rights Act*”, de 1964.

As leis Jim Crow constituem a segunda máscara da escravidão.

Passaram-se alguns anos e no governo Ronald Reagan, época em que o consumo de drogas estava em declínio, foi declarada guerra às drogas. A política de tolerância zero e de ser duro com o crime implicou em crescimento exponencial do encarceramento nos Estados Unidos. No início dos anos 1980, o país tinha em torno de 350 mil pessoas encarceradas. Atualmente, exibe o número de 2,2 milhões. Se somadas as pessoas

com alguma restrição imposta pela Justiça, o total sobre para 7,2 milhões de indivíduos. O encarceramento em massa atingiu principalmente a população negra, pois os subúrbios habitados por negros são extremamente policiados. O branco pratica os mesmos crimes, mas goza de amplos espaços privados, ao contrário do negro, que vive em habitações com muitas pessoas em virtude da pobreza. A crueldade do sistema não ocorre somente ao apenar com mais gravidade a posse de crack (droga mais encontrada com negros) do que a de cocaína pura (mais usada por brancos), mas em etiquetar a pessoa, proibindo-a de votar por muitos anos depois de cumprir sua pena e, em alguns casos, pelo resto da vida. A pessoa “*etiquetada*” raramente consegue emprego, alugar um apartamento, ter renda suficiente para sustentar a família, além de deixar o cárcere com débitos relativos a custos do encarceramento, multas e taxas decorrentes de sua situação.

O ciclo da pobreza é retroalimentado. Essa a terceira máscara da escravidão.

E a escravidão persiste...

“O branco pratica os mesmos crimes, mas goza de amplos espaços privados, ao contrário do negro, que vive em habitações com muitas pessoas em virtude da pobreza.”

Revista comemorou 10 anos

O lançamento da vigésima edição de *MagisCultura*, em 18 de outubro de 2018, marcou o décimo aniversário de publicação da revista e reuniu vários dos mais de 80 autores que já tiveram artigos publicados, além de autoridades do meio cultural mineiro, como o Secretário de Estado de Cultura, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos.

O evento teve também a presença de ex-presidentes da Amagis, incluindo o desembargador Nelson Missias de Moraes, atual presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e que foi o responsável pelo lançamento da revista.

O aniversário da revista mereceu ainda destaque em diversos veículos de comunicação e obteve o reconhecimento oficial de entidades, como um Voto de Congratulação aprovado pelo Tribunal de Justiça Militar de MG, com diploma assinado por seu presidente, o juiz Rúbio Paulino Coelho.

Nesta página, alguns registros fotográficos do lançamento.



O secretário Ângelo Oswaldo, o presidente do TJMG, Nelson Missias, e o atual e o ex-presidente da Amagis, Alberto Diniz Júnior e Maurício Soares.



Desembargadores José Fernandes Filho, Renato Jardim, Bruno Terra Dias (ex-presidente da Amagis), Alberto Diniz Júnior, Nelson Missias de Moraes, Ângelo Oswaldo e Maurício Soares.



Os autores Luiz Carlos Biasutti, Renato Jardim (diretor da Revista), Marcos Caldeira Brant, João Quintino e Gutemberg da Mota e Silva.



O editor da revista, jornalista Manoel Marcos Guimarães, e a ilustradora, artista plástica Sandra Bianchi.



**DANÇA
ARTES VISUAIS
LITERATURA
MÚSICA
CINEMA
ARTESANATO
ARTE POPULAR
MUSEUS**



**PARA A CEMIG,
INVESTIR NA CULTURA
EM MINAS É VALORIZAR
TODOS OS MINEIROS.**



**MINAS
GERAIS**

**GOVERNO
DIFERENTE
ESTADO
EFICIENTE.**

Apoio Cultural

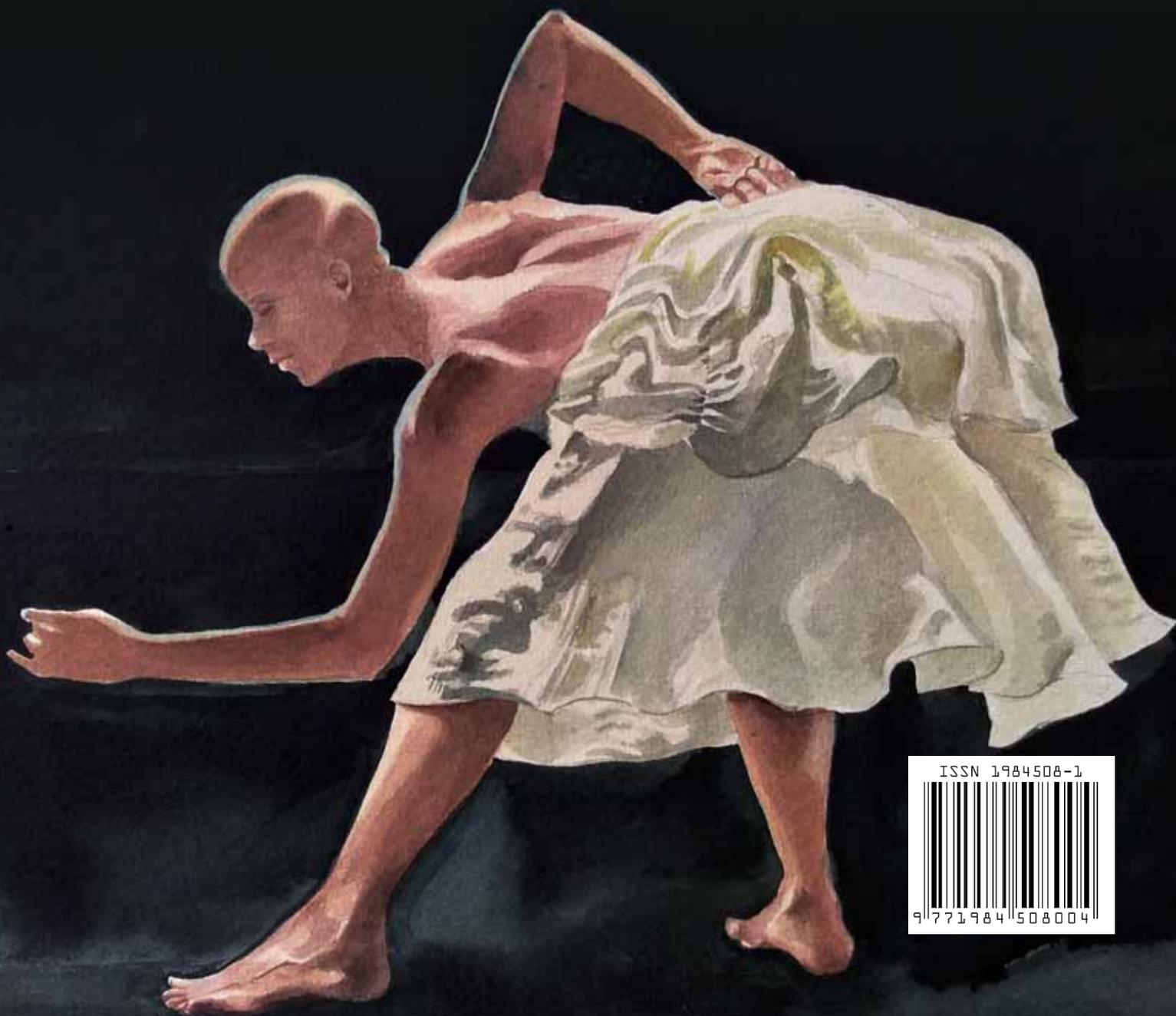
CEMIG

NOSSA ENERGIA, SUA FORÇA



MISTO
Papel produzido a partir
de fontes responsáveis
FSC® C019350

A AMAGIS, consciente das questões sociais e ambientais, utiliza papéis com certificado FSC® (*Forest Stewardship Council*®) para a impressão deste material. A certificação FSC garante que a matéria-prima florestal provenha de um manejo considerado social, ambiental e economicamente adequado e outras fontes controladas.



ISSN 1984508-1



9 771984 508004